



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA**

RONILZA ANDRADE PASSOS SOBRINHA

**UM OLHAR FEMININO: atuação das mulheres policiais nas Bases
Comunitárias de Salvador/Bahia.**

Salvador, BA
2017

RONILZA ANDRADE PASSOS SOBRINHA

**UM OLHAR FEMININO: atuação das mulheres policiais nas Bases
Comunitárias de Salvador/Bahia.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em
Segurança Pública Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito,
Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção
do título de mestre em Segurança Pública.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Cristina de Souza Mandarino

Salvador, BA
2017.

P289

Passos Sobrinha, Ronilza Andrade,
Um olhar feminino: atuação das mulheres policiais nas Bases
Comunitárias de Salvador/Bahia / por Ronilza Andrade Passos
Sobrinha. – 2017.97 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ana Cristina de Souza Mandarino.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da
Bahia, Faculdade de Direito, 2017.

1. Policia militar. 2. Mulheres policiais. 3. Segurança
pública. I. Universidade Federal da Bahia.

CDD- 363.1

RONILZA ANDRADE PASSOS SOBRINHA

UM OLHAR FEMININO: atuação das mulheres policiais nas Bases Comunitárias de Salvador/Bahia.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Área de Concentração: Segurança Pública
Linha 01: Políticas e Gestão em Segurança Pública

Aprovada em 23 de outubro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a Ana Cristina de Souza Mandarino-Orientadora

Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (2003)
Professora visitante da Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil.

Dr^a Ivone Freire Costa

Doutorado em Sociologia Econômica e da pela Universidade Técnica de Lisboa, Portugal (2003)
Professora Associada da Universidade Federal da Bahia , Brasil.

Dr. André Luis Nascimento dos Santos

Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2012)
Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia , Brasil.

Dedico este trabalho a todos que me incentivaram de forma direta e indireta, aos familiares, amigos, professores e todos aqueles que ajudaram na pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me dado à oportunidade de alcançar esta vitória.

Aos meus pais (in memoriam) Ronaldo Andrade Passos e Ana Celestino Passos por terem sido pais amorosos e presentes em todos os momentos de minha vida.

A Carla Carvalho Simões pelo seu carinho, companheirismo e incentivo diário para a conclusão desse trabalho.

As minhas irmãs: Beth, Eliana, Rosa, Ana, Inalda, Yone, Sheyla e Jurema por simplesmente existirem.

Aos meus sobrinhos: Ana Carolina, Paulo César Júnior, Pablo, Ronaldo, Renato, Bruno, Rodrigo e Rafael por tornarem meus dias mais coloridos.

Aos amigos que me incentivaram nessa caminhada, em especial a essa turma que se tornaram novos amigos.

Aos professores do Mestrado, pelos valorosos ensinamentos e pela construção do conhecimento, sempre dispostos a contribuir com o seu melhor.

A minha querida Coordenadora, Prof.^a Dr.^a Ivone Freire Costa, por ter tornado possível este sonho.

A minha querida Orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de Souza Mandarino, pela paciência e disponibilidade e sempre pronta a colaborar.

Compartilhar é uma das maiores qualidades espirituais. O milagre é que quanto mais você compartilha sua felicidade, mais você tem.

Osho

PASSOS SOBRINHA. Ronilza Andrade. Um Olhar Feminino: atuação das mulheres policiais nas Bases Comunitárias de Salvador/Bahia.85f.- 2017. Dissertação (Mestrado) – Escola de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo principal discutir a partir de uma perspectiva do olhar feminino, se estas percebem que suas atuações trazem novas contribuições para as B C. se no olhar das policiais militares que atuam nas Bases Comunitárias de Salvador, elas fazem diferença, quais as possíveis contribuições para as comunidades atendidas pela BCS. Em relação aos objetivos específicos, buscamos identificar quais são as atividades desenvolvidas por estas assim como as dificuldades encontradas no dia a dia no trato junto a comunidade. Como objetivos específicos verificar quais atividades que a policial feminina desenvolve na BCS, conhecer as suas dificuldades encontradas seja ela materiais, institucionais, políticas, sociais, dentre outros. Na sociedade contemporânea é relevante e ascendente a participação de mulheres em profissões consideradas até então, essencialmente masculinas, e as mulheres estão presentes em áreas antes consideradas “de domínio masculino”, como por exemplo, a área militar. Este trabalho buscou conhecer a atuação das mulheres policiais, seu olhar e sua forma de gestar nas Bases Comunitárias de Segurança de Salvador, bem como estudar a evolução e os conceitos da polícia comunitária, descrever a filosofia de polícia comunitária baseada no sistema Koban como forma de evolução nas instituições militares e visto como solução viável para redução dos índices de violência. A metodologia aplicada na pesquisa utilizou revisões bibliográficas, aproximações teóricas sobre o contexto histórico e o processo de inserção das mulheres nas Bases Comunitárias e pesquisa de campo, esta última tendo por instrumento de coleta de dados questionários estruturados e semi-estruturados.

Palavras Chaves: **Mulheres Policiais, Política de Segurança Pública, Base Comunitária.**

PASSOS SOBRINHA. Ronilza Andrade. Um Olhar Feminino: atuação das mulheres policiais nas Bases Comunitárias de Salvador/Bahia.85f.- 2017. Dissertação (Mestrado) – Escola de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ABSTRACT

This research work has as main objective to discuss the approach from a feminine perspective, if these perceive that their actions bring new contributions to the B C. If in the look of the military police that operate in the Community Bases of Salvador, they make a difference, the possible contributions to the communities served by BCS. In relation to the specific objectives, we seek to identify the activities developed by these as well as the difficulties encountered in the day to day treatment in the community. As specific objectives to verify what activities the female police officer carries out at BCS, to know their difficulties are material, institutional, political, social, among others. In contemporary society the participation of women in professions considered hitherto essentially male is relevant and upward, and women are present in areas previously considered "male dominated", such as the military area. This work sought to know the actions of police women, their eyes and their way of working in the Community Safety Bases of Salvador, as well as to study the evolution and concepts of community police, to describe the community police philosophy based on the Koban system as a way of military institutions and as a viable solution to reduce violence rates. The methodology applied in the research used bibliographical revisions, theoretical approaches on the historical context and the process of insertion of women in the Community Bases and field research, the latter having as instrument of data collection structured and semi-structured questionnaires

Key Words: Police Women, Public Security Policy, Community Base.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 Delegacia de um subúrbio japonês, em *Tokyo*
- Figura 2 Koban, Tokyo, Japão.
- Figura 3 Chuzaisko de Kasura, Nagano, Japão
- Figura 4 Bases Comunitárias na Capital e Região Metropolitana do Estado da Bahia.
- Figura 5 Base Comunitária de Segurança do Calabar
- Figura 6 Base Comunitária de Segurança de Santa Cruz
- Figura 7 Base Comunitária de Segurança da Chapada do Rio Vermelho
- Figura 8 Base Comunitária de Segurança da Fazenda Coutos
- Figura 9 Base Comunitária de Segurança do Rio Sena
- Figura 10 Base Comunitária de Segurança do Uruguai.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 Idade (Comandantes)
- Gráfico 2 Cor (Comandantes)
- Gráfico 3 Estado Civil (Comandantes)
- Gráfico 4 Você tem filhos? (Comandantes)
- Gráfico 5 Nível de Escolaridade
- Gráfico 6 Quanto tempo de serviço militar?
- Gráfico 7 Quanto tempo trabalha na Base Comunitária
- Gráfico 8 O que você atribui a sua indicação para comandar essa Base Comunitária?
- Gráfico 9 Quais os problemas iniciais enfrentados?
- Gráfico 10 Como a Comunidade lhe enxerga?
- Gráfico 11 Como você enxerga a Comunidade?
- Gráfico 12 Você acha que a atuação das Bases Comunitárias fazem diferença no cotidiano do cidadão?
- Gráfico 13 Idade (Pfens)
- Gráfico 14 Cor (Pfens)
- Gráfico 15 Estado Civil (Pfens)
- Gráfico 16 Você tem filhos? (Pfens)
- Gráfico 17 Você participou de algum curso preparatório para ser uma policial que trabalhe em uma base comunitária?
- Gráfico 18 Você é avaliada/acompanhada pelo serviço que realiza?
- Gráfico 19 Você tem tempo suficiente para desenvolver um relacionamento de confiança mútua com as pessoas da comunidade e para gerar esforços preventivos?
- Gráfico 20 Observou melhora na Segurança da comunidade após a implantação da BCS?
- Gráfico 21 Qual dos problemas abaixo referentes à segurança pública na comunidade que você atua considera mais crítico? Numere pelo nível de importância.

Gráfico 22 Por que você escolheu essa profissão?

Gráfico 23 Você já exerceu outras atividades antes de entrar na policia?

Gráfico 24 Como você percebe seu trabalho nas bases comunitárias? Numere pelo nível de importância

Gráfico 26 Você já sofreu preconceitos? Quais?

SIGLAS E ABREVIATURAS

BCS – Base Comunitária de Segurança

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CDC – Centro Digital de Cidadania

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

COPE – Citizen Oriented Police Enforcement.

COPOM – Central de Operações da Polícia Militar

CPOP – Community Police Officer Program

DART (Directed Area Response Teams)

DEAM – Delegacia de Atendimento a Mulher

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

NPPs - Neighborhood Police Posts

OP – Unidade Operacional

PFENS – Policiais Femininas

PMBA – Polícia Militar da Bahia

PMSP – Polícia Militar de São Paulo

PPcid – Projeto Polícia Cidadã

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SPM – Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	Pág.
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Referencial Teórico e Metodologia	19
2 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: MODELOS E IMPLEMENTAÇÕES...	23
2.1 Modelo de Policiamento Comunitário no mundo.....	23
2.2 Modelo de Policiamento Comunitário no Brasil.....	38
2.3 Modelo de Policiamento Comunitário na Bahia.....	43
3 AS MULHERES EM CARREIRAS MILITARES.....	46
3.1 Um breve histórico.....	46
4 IMPLEMENTAÇÃO DAS BASES COMUNITÁRIAS DE SALVADOR.....	54
4.1 A insegurança nos bairros populares de Salvador.....	54
4.2 Sistema Koban.....	57
5 ANÁLISE DE DADOS/RESULTADOS.....	68
5.1 Considerações Finais.....	82
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICES.....	89

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública sempre foi um tema importante e muito discutido com a sociedade brasileira, e segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP-2016) nos últimos anos a violência vem aumentando devido a diversos fatores que têm exigido do poder público, a adoção de medidas e estratégias com a finalidade de minimizar a sensação de insegurança vivida principalmente nas grandes cidades.

Em 2002, através do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde a Organização Mundial de Saúde proferiu pela primeira vez uma recomendação mais firme sobre violência onde define o problema como:

uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Minayo (2003; 2005) traz também a violência como fato humano e social, onde é utilizado o uso da força, do poder e de privilégios para dominar, subjugar, produzindo assim danos a pessoas, grupos e no coletivo. A violência é histórica e possui vários formatos que persistiram no tempo e se desenvolveu em quase todas as sociedades, inclusive abrangendo todas as classes e segmentos sociais, não sendo uma característica dos pobres, pois pobreza não é sinônimo de violência.

Com essa finalidade a Polícia Comunitária passou a ser identificada, pelo menos nos trabalhos científicos iniciais que se ocuparam do estudo acerca do tema, data do século XIX, quando Sir. Robert Peel, Secretário do Interior da Inglaterra, estabeleceu os parâmetros da Polícia Comunitária moderna, ao implantar a Polícia Metropolitana de Londres, baseada num conceito de aproximação com a comunidade e no estabelecimento de uma política de resultados que indicasse a necessária atuação na solução dos problemas sociais que impactavam na harmonia da convivência social (BONDARUK; SOUZA, 2004

Trojanowicz (1994) faz uma definição clara do que é Polícia Comunitária:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

O Policiamento Comunitário foi uma das estratégias desenvolvidas e utilizadas em diversas partes do mundo, e foi através do conhecimento, do seu conceito, experiências e resultados que a sua implementação foi adotada no Brasil e posteriormente na Bahia com a finalidade de minimizar a violência vivenciada por constantes ações criminosas, independente de classe social ou local.

No século XIX, o regime patriarcal foi marcado pela grande diferença entre os sexos, tendo como a principal característica a exploração feminina onde ele era o sexo forte e ela o sexo frágil, fato que perdurou por muito tempo principalmente no Brasil. (FREYRE, 2004).

A presença da mulher no mercado de trabalho sempre foi marcada por lutas de igualdade pelos seus direitos. A mulher não tinha espaço para desempenhar nenhuma função que não fosse a de constituir uma família. Era vista como objeto sexual dos homens, não havia oportunidade nenhuma de ocupar cargos de destaque sempre sendo hostilizada e sofrendo preconceito (CALIL, 2000).

Embora a Constituição Federativa de 1988 tenha sido a primeira a garantir direitos às mulheres brasileiras, Pinto (2010) traz o movimento feminista brasileiro em três etapas, ou melhor, em “ondas”¹, conforme abaixo:

A “primeira onda” seria datada do início do século XX e tinha como principal bandeira a conquista ao voto feminino, fato ocorrido em 1933 quando houve a participação feminina, ainda que incipiente, quantitativamente, através da médica Carlota Pereira Queiroz, a única deputada federal eleita. Destacamos ainda que

neste período foi inacreditável tal representação política, já que somente um ano antes, as mulheres brasileiras tinham conquistado o direito ao voto (Sow, 2010).

A “segunda onda” que ficou conhecida como “Feminismo da Resistência” surgiu nos anos 1970, “em meio ao autoritarismo e a repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias” (Costa, 2009, p. 57), quando foi comemorado o Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas, através de diversas atividades em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O Brasil vivenciava em 1986 através da Câmara de Deputados que teve como primeira função, a participação na Assembléia Constituinte, com mandato de 1986 a 1990. O movimento feminista tinha novamente oportunidade de imprimir sua marca na Lei Magna do país que ficou conhecida como Lobby do Batom.

Silva (2011) traz importante colaboração acadêmica à sociedade e em sua reflexão sobre o episódio que ficou conhecido como Lobby do Batom traz a importante colaboração do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher “– CNDM, que havia lançado em 1985 a campanha “Mulher e Constituinte” trazia com o lema “*Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher*”. Esta campanha acabou resultando na elaboração da *Carta das Mulheres aos Constituintes*, entregue ao Congresso Nacional no dia 26 de agosto de 1986 pelas mãos de mais de mil mulheres, onde incluía diversas reivindicações históricas, representando uma importante vitória, pois contemplava em torno de 80% de suas demandas.

Sustentam ainda algumas importantes protagonistas do fato que foi graças à pressão exercida pela organização e mobilização das mulheres que a Constituição estabeleceu, em seu artigo 5º, inciso I, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, além de prevê a igualdade jurídica no âmbito das relações profissionais e familiares, consoante rezam os artigos 7º, XVIII, XX e 226 § 8º, dentre outros.

Já a terceira onda possui como início a década de 1990 e é chamada de “feminismo estatal” (Born, 2010). Foi marcada pela luta do movimento feminista e do movimento de mulheres para que o Estado reconhecesse a necessidade da criação de órgãos públicos voltados para a formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas para as mulheres (Costa, 2009; Pinto, 2007).

Como principais referências dessa onda, temos: a criação da Secretaria dos Direitos da Mulher (SEDIM), em 2002, no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (SPM, 2008 b apud Born, 2010) e posteriormente, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, pelo governo Lula. Tal órgão possui status de ministério, possui uma ligação direta com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Born, 2010). A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres possui 9 anos de atuação e foi mantida pelo governo Dilma Rouseff, iniciado em 2011.

Diversos fatores contribuíram para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, sendo os mais importantes a Revolução Industrial e posteriormente os Movimentos Feministas no mundo afora que buscaram com isso uma inserção da mulher no mercado de trabalho. Durante a Revolução Industrial a mão de obra feminina foi de grande valia, pois além de passarem a contribuir financeira dentro do lar, a indústria obteve ganho significativo com o barateamento dos salários e maior facilidade em disciplinar o novo grupo de operárias, levando a mulher definitivamente para a área produtiva.

As mulheres permanecem conquistando cargos de maior importância no mercado de trabalho. No Brasil, tivemos como exemplo, a primeira eleição de uma mulher para o cargo máximo da nação. Isto possibilitou diversas conquistas, inserindo a mulher em postos de trabalho anteriormente pensado como espaços masculinos e de poder. No entanto, ainda percebemos diferenças de tratamento e em relação ao salário pago, embora a diferença na média salarial no Brasil venha diminuindo nas últimas décadas comparadas com o início da sua trajetória, ainda encontramos diferenças que beiram aos 30% (trinta por cento) entre um salário pago a um homem e ao pago a uma mulher.

Essa crescente participação da mulher na vida e espaços públicos causou uma maior conscientização e interesse por estudos de gênero através de pesquisas que passaram a ser desenvolvidas no âmbito profissional e doméstico da mulher, trazendo inclusive dados sobre a violência enfrentada por elas no seu dia-a-dia. Conseqüentemente ocorreram estudos em relação ao ingresso feminino em profissões que antes eram consideradas essencialmente masculinas e das relações de poder entre homens e mulheres em todos os ambientes, sendo o estudo do ingresso das mulheres nas polícias ainda muito limitado.

Em relação ao ingresso de mulheres nas carreiras militares, as policiais militares femininas, algumas pesquisas apontam que no Rio de Janeiro, a admissão ocorreu a partir da segunda metade do Século XX, sendo o estado de São Paulo precursor, pois em 1954 já incorporava policiais femininas em sua Instituição.

No resto do país, só após trinta anos com o início da redemocratização é que começaram a registrar a presença de policiais militares femininas de forma efetiva, e esse fato só ocorreu, porque segundo alguns estudiosos, após a ditadura, pois a imagem da polícia ficou muito desgastada devido aos meios arbitrários e violentos utilizados por eles para cumprir as atribuições aos quais foram incumbidos, gerando na população desconfiança e aversão, tornando-se necessário remodelar a imagem da polícia perante a sociedade, e as mulheres ingressando na Polícia Militar poderia “humanizar” mais a polícia desmistificando assim essa imagem negativa da Instituição.

No estado da Bahia, a inserção da mulher na Polícia Militar da Bahia teve início a partir de 12 de outubro de 1989, quando o Decreto Governamental de número 2.905 criou a Companhia de Polícia Militar Feminina, com a missão de executar o policiamento ostensivo geral e de trânsito, bem como atividades auxiliares na região metropolitana de Salvador, podendo eventualmente atuar em todo o território do Estado da Bahia, representando assim um marco para a história da instituição e um avanço na luta das mulheres pela permanência num espaço de trabalho antes dominado pela presença masculina.

O principal objetivo da presente pesquisa é descrever (revelar) o olhar que as policiais femininas têm do seu trabalho dentro das BCS e valorar as suas possíveis contribuições nos projetos e atividades nas comunidades atendidas pela BCS apresentando os conceitos e experiências do policiamento comunitário no mundo, Brasil e Bahia. Como objetivo específico buscará verificar quais são as ações pelas Pfens e as atividades desenvolvidas voltada para as mulheres na comunidade, bem como as dificuldades encontradas (materiais/institucionais/política/etc). A finalidade é entender o papel que vem sendo desempenhado pelas Pfens nas Bases Comunitárias de Segurança em Salvador, traçar o perfil dessas mulheres, como também, perceber de que forma as relações de poder se manifestam no cotidiano de trabalho das atividades do policiamento de rua e na instituição.

Para a construção do arcabouço teórico deste trabalho, alguns autores foram fundamentais para conhecer sobre o policiamento comunitário e alguns argumentos que motivaram a escolha do modelo atual das BCS para implementação em nosso país, estado e cidade. Assim foram consultados trabalhos e publicações de autores como: Jerome H. Skolnick e David. H. Bayley (2006), Barbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci (2005), ALÉM DE Salete Maria da Silva (2011) e Ivone Freire Costa (2015). Artigos acadêmicos, onde conceitos, definições, ideias e aplicação nas diversas polícias, além de um estudo realizado nos países: Inglaterra, Noruega, Suécia, Dinamarca, Austrália, Cingapura e Japão ampliaram a pesquisa sobre a polícia, onde foram analisados os aspectos comuns do policiamento comunitário.

Para Jerome H. Skolnick (2006) e David. H. Bayley (2006), o policiamento comunitário é, de fato, duradouro. Se as forças policiais encorajarem a prevenção do crime baseada na comunidade, enfatizarem a interação com o público fora das situações de emergência, aumentar a contribuição do público na definição de políticas e descentralizarem o comando, poderá ser creditado benefícios substanciais, tanto para a comunidade, como para a polícia.

Barbara Musumeci Soares (2005) e Leonarda Musumeci (2005) trazem em sua obra uma pesquisa pioneira, uma radiografia crítica da Polícia Militar a partir do olhar

feminino, mas revelam principalmente como as mulheres policiais podem contribuir para melhorar a imagem pública da polícia.

Salete Maria da Silva (2011) traz em sua tese como valiosa contribuição do meio acadêmico à sociedade, a pesquisadora visando suprir lacunas contribuiu assim para o que ela chamou de “cegueira de gênero nos mundos jurídico e político da nação que, por sua vez, concorrem para a manutenção do status quo, onde a visão hegemônica, que se pretende neutra e universal, promove a exclusão, a opressão e a desigualdade de gênero em nossa sociedade”, tudo de forma profunda e intensa, colaborando decisivamente com a participação das mulheres em busca de uma sociedade igualitária em todos os sentidos.

Ivone Freire Costa (2015) traz em seu trabalho uma valiosa contribuição do meio acadêmico demonstrando grande sensibilidade com seu conhecimento para o grande desafio que é hoje a segurança pública. Neste estudo, a autora traz a complexa relação da polícia com a sociedade utilizando uma pesquisa no bairro mais populoso da cidade de Salvador, a Liberdade, ocasionado pelo aumento da violência que vem dialogar com um dos motivos para a implementação das BCS.

1.1. Referencial Teórico e Metodologia

Marconi & Lakatos, (2003) são importantes referenciais na construção do percurso metodológico, pois em suas diretrizes quando conceitua e inclui a metodologia como, mais do que uma disciplina, significa introduzir o discente no mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais, base da formação tanto do estudioso quanto do profissional, pois ambos atuam, além da prática, no mundo das idéias.

Podemos afirmar até: a prática nasce da concepção sobre o que deve ser realizada e qualquer tomada de decisão fundamenta-se naquilo que se afigura como o mais lógico, racional, eficiente e eficaz.

Elas ainda asseguram que “todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que

empregam estes métodos são ciências. Dessas afirmações podemos concluir que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas *não há ciência sem o emprego de métodos científicos*". Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Pautada ainda nos conceitos apresentados pelas autoras Lakatos e Marconi (1990), pesquisar é compreendido como "averiguar algo de forma minuciosa, é investigar". As autoras apontam que o significado do termo investigação "não é unívoco, pois há várias definições sobre o termo nos diferentes campos de conhecimento. Contudo, o ponto de partida da pesquisa reside no problema que deverá se definir, avaliar, analisar uma solução para depois ser tentada uma solução" (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.15).

Para as autoras Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

A metodologia utilizada se baseou no método dedutivo e tipologia de caráter descritivo. Foi realizado um estudo transversal fundamentado por revisões bibliográficas com aproximações teóricas sobre o contexto histórico e o processo de inserção das mulheres nas Bases Comunitárias e de campo, esta última, tendo por instrumento de coleta de dados o questionário.

Na pesquisa de campo foi usada uma das mais usuais técnicas para obtenção de dados, o questionário, que segundo Marconi & Lakatos, (2003:100) é um instrumento composto por um conjunto ordenado de perguntas, apresentadas e respondidas por escrito.

A escolha dos questionários foi devido o mesmo apresentar algumas vantagens tais como a tempo e viagens, além de obter um maior número de dados, atingir um maior número de pessoas simultaneamente, a abrangência de uma área geográfica mais ampla, a economia com pessoal (treinamento; coleta campo), a obtenção de respostas mais rápidas e exatas, a liberdade de respostas (anonimato), mais tempo para responder e horário favorável.

Foram aplicados dois questionários nos meses de julho, agosto e setembro de 2017, nas Bases Comunitárias do Calabar, Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho, Coutos, Rio Sena e Uruguai, sendo um para as seis comandantes que dirigem as BCS e outro para oito Pfens que exercem outras funções e atuam nas BCS, totalizando assim, quatorze respondentes.

Os questionários foram compostos com questões abertas que são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões e as de múltiplas escolhas que são perguntas fechadas, mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto.

A pesquisa foi dividida em duas etapas. Na primeira, realizamos revisão bibliográfica e optamos trabalhar principalmente com Jerome H. Skolnick & David H. Bayley (2006), Barbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci (2005), Salete Maria da Silva (2011) e Ivone Freire Costa (2015). Na segunda etapa, foi realizado o levantamento de dados através da aplicação dos questionários nas BCS.

A escolha desta técnica foi devido às vantagens que o questionário traz para a pesquisa como maior abrangência geográfica, atingir maior número de pessoas simultaneamente e economia facilitando assim um resultado mais rápido e seguro.

O corpo desta pesquisa está estruturado em cinco capítulos a contar com a introdução, o referencial teórico trazendo os autores que fundamentam a pesquisa e o percurso metodológico utilizado; no segundo capítulo é apresentado o policiamento comunitário com seus conceitos, modelos e experiências como uma nova filosofia a ser estudada e utilizada no mundo, no Brasil e na Bahia, base conceitual da pesquisa; no terceiro capítulo traz um breve histórico sobre as mulheres e sua inserção na carreira militar e incluindo a atuação das mulheres policiais femininas nas Bases Comunitárias de Segurança em Salvador, seu papel e como elas se posicionam perante a Instituição; no quarto capítulo apresenta a implementação das BCS, trazendo um recorte de uma pesquisa sobre insegurança em bairros populares de Salvador e um breve histórico da filosofia Koban; no quinto capítulo analisa os dados e resultados obtidos através da revisão bibliográfica e da análise dos questionários realizadas com as policiais femininas e por fim as considerações finais.

2 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: MODELOS E IMPLEMENTAÇÕES

2.1. Modelo de Policiamento Comunitário no mundo

O Policiamento Comunitário tem sido citado como solução para os vários problemas de policiamento, na Europa Ocidental, na América do Norte, na Austrália e Nova Zelândia, e no Oriente. No entanto, não existe consenso acerca do seu significado. Inovações práticas, mudanças genuínas nas práticas policiais, rotulação de programas tradicionais são alguns exemplos vistos como policiamento comunitário, um caso clássico de colocar vinho velho em garrafas novas.

O policiamento comunitário tem sido confundido com vários programas e para desapontamento de muitos, o policiamento comunitário sequer é um programa aceito, e nem mesmo um conjunto de programas. Para torná-lo significativo para a sociedade é necessário refletir a filosofia no nível de táticas e estratégias, descrevendo suas características operacionais.

A sua premissa é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção de segurança. O público deve ser visto como co-produtor da segurança e da ordem deve ser criado novas maneiras de associar o público ao policiamento e a manutenção da lei e da ordem, e deve significar algo diferente, descrever nova realidade, ser celebrado caso se distancie das práticas operacionais passadas, refletindo uma nova realidade tática e estratégica.

Assim sendo, Trojanowicz (1994) traz o policiamento comunitário como uma filosofia de patrulhamento personalizado de serviço completo, onde o mesmo policial trabalha na mesma área, agindo numa parceria preventiva com os cidadãos, para identificar e resolver problemas.

Em uma experiência realizada em quatro continentes, foram encontradas quatro áreas de mudanças programáticas sob a bandeira do policiamento, e quando os departamentos agem ao invés de falar, tendem a seguir quatro normas:

1ª) Organizar a prevenção do crime baseado na comunidade: prevenir o crime baseado na comunidade é o objetivo último e a peça central de policiamento orientado para a comunidade. A vigilância de Bairro (invenção americana nos anos 70) varia através do mundo, para a Polícia Metropolitana de Londres, ela é definida através de 03 elementos: Vigilância Pública: moradores são encorajados e passam a ser os olhos e os ouvidos da polícia passando informações sobre transeuntes e veículos suspeitos; Marcação da Propriedade: moradores assinalam seus bens com o número da casa ou apartamento, colocando o código postal e suas iniciais com equipamentos emprestados pelo polícia, para desencorajar os ladrões e também tendo o retorno dos bens de forma mais rápida em caso de roubos; Segurança de Moradia: quando a Vigilância de Bairro é estabelecida, os policiais realizam visitas nas casas sem nenhuma cobrança de taxas e fazem recomendações para a melhoria da segurança.

2ª) Reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar os serviços não emergenciais: supõe-se que a atividade criminal e a desordem poderiam ser impedidas se a polícia fosse uma presença visível nas ruas e prendessem imediatamente as pessoas que infringissem a lei. Em função dessa suposição, sessenta por cento do pessoal das forças policiais tem sido designado para patrulhar as ruas, e maior parte do pessoal restante vem sendo encaminhada para a investigação criminal. Erroneamente descrito como “combate ao crime”, pois o seu propósito era prevenção ao crime. O que o policiamento comunitário questiona não é o objetivo do policiamento, mas os meios utilizados. A mudança mais drástica é o deslocamento dos policiais de patrulha dos veículos motorizados para pequenos postos descentralizados de policiamento. Em Detroit – são chamadas de mini-delegacias; na Austrália – Shopfronts (alojados ou escritórios); em Cingapura – (Postos de Polícia do Bairro); no Japão – Koban. Os postos de policiamento japoneses, noruegueses e de Cingapura são miniaturas de delegacias de polícia, responsáveis por todos os aspectos do policiamento, com exceção da investigação criminal – recebem denúncias, respondem a solicitações de

serviço, propiciam informação e aconselhamento, patrulham a pé ou de bicicleta, organizam a prevenção do crime na comunidade e desenvolvem contatos pessoais. As mini-delegacias de Detroit, Estocolmo e Melbourne (Austrália – chamada de Shopfront) não executam o trabalho policial em geral: são responsáveis apenas pela prevenção do crime na comunidade. Organizam o programa Vigilância de Bairro, dão palestras sobre auto-proteção e servem como ligação entre a força policial e as instituições com necessidades especiais de segurança. Em Copenhague, ensinam os rudimentos da segurança pública para escolares. Os postos de policiamento comunitário fixos não seguem um único padrão: há diferenças operacionais no intuito e no desempenho. O Koban japonês e os Postos de Polícia de Bairro de Cingapura (Neighborhood Police Posts – NPPs) possuem sala de recepção com balcão ou mesa, telefone, rádio, mapas na parede, sala para descanso televisão uma pequena cozinha com fogão e um refrigerador, uma sala para entrevista, uma despensa e um banheiro. Os NPPs possuem uma sala ampla destinada a múltiplos propósitos, com cadeiras dobráveis e uma escrivaninha que pode funcionar como sala de reunião ou escritório para o policial em serviço. Para desencorajar o público a usar o Koban como lavatório público, o banheiro em geral tem uma plaquinha de “não funciona”. Os koban japoneses foram construídos em todo e qualquer espaço que estivesse disponível – em estações ferroviárias ou rodoviárias, entre fileiras de lojas, na intersecção de rodovias movimentadas em lotes residenciais até mesmo em terrenos de templos. Em Tóquio os preços dos terrenos subiram muito, e o custo para construir novos koban tem se tornado um escoadouro dos recursos policiais. Os Koban e os NPPs foram bastante criativos para encontrar maneiras de serem úteis às suas comunidades, realizando além do patrulhamento e pesquisas sobre segurança, e promovendo a prevenção do crime, serviram como local para achados e perdidos. Eles ouvem as infundáveis reclamações sobre os serviços municipais, as disputas com os vizinhos e as complicações legais. Os koban japoneses atuam cada um a seu modo, ou seja, um serve como escritório para entrega de cartas, outro toca a sirena para indicar as horas, outro dá informações de interesse geral através de alto-falante, inclusive aconselhando as crianças. Os NPPs de Cingapura

convidam as organizações dos bairros a se reunirem em salas com múltiplos propósitos, registro de mudanças de endereços, nascimentos e mortes, visitas às casas onde oferecem serviços, pedem sugestão sobre a atividade policial e colhem informações. Nas visitas às moradias em Cingapura, é necessário ter habilidade lingüística, pois eles possuem quatro línguas oficiais: o inglês, o mandarim, o malaio e o tâmil. No entanto, os moradores mais antigos podem não ser fluentes no inglês, e quando os policiais do NPPs entram em contato com famílias indianas, malaias e chinesas, elas preferem falar suas línguas maternas. Entre os chineses, isso envolve o uso de dialetos, como o cantonês, o kakka e o kokkien. Tanto as rondas a pé como as montadas, estratégias tradicionais de policiamento estão voltando a ser realizadas em todos os lugares. Em Cingapura e no Japão as rondas a pé são os principais desdobramentos em cada um dos bairros. Cingapura enfatiza o “patrulhamento vertical – onde os policiais passam pelos corredores abertos dos grandes blocos de moradias, começando no andar mais alto e descendo até o mais baixo. Os policiais das rondas a pé em Estocolmo, Copenhague e Santa Ana trabalham em conjunto com as mini-delegacias do Bairro. Há uma espécie particular de patrulhamento reorientado – a “manutenção da ordem” que é identificado como patrulhamento comunitário freqüentemente. No caso, a manutenção da ordem refere-se aqui á supressão da desordem ou do comportamento incivilizado de indivíduos em lugares públicos. No artigo, bastante conhecido de James Q. Wilson e George L. Kelling intitulado “*The Police and Neighborhood Safety : Brokken Windons* (‘A Polícia e a Segurança do Bairro: Janelas Quebradas’), publicado em 1982. Wilson e Kelling sugerem que a polícia dê uma atenção especial à manutenção da ordem em bairros que estejam se inclinndo na direção da desorganização social anômica, tentando restabelecer o equilíbrio antes que as pessoas “respeitáveis” desistam de viver no local e se mudem, tática utilizada para estabilização do bairro, reforçando o código de comportamento público das pessoas. Do ponto de vista da polícia, é importante a manutenção da ordem porque demonstra a moralidade e mostra que os elementos criminosos não comandam o local.

3ª) Aumentar a responsabilização das comunidades locais: o policiamento comunitário também se choca com suas crenças mais caras de serem os profissionais que sabem, melhor que qualquer outro, o que deve ser feito para proteger a comunidade e realizar o policiamento. No entanto, para que gozem do apoio e da cooperação do público, é necessário estar preparados para ouvi-los, a comunicação não pode ser de mão única, mesmo que seja desagradável. O relatório Scarman, que foi uma pesquisa sobre o conflito realizada na Inglaterra em 1981, concluiu que as revoltas eram uma explosão de raiva e ressentimento dos jovens negros (minorias em Brixton) contra a polícia – ligação de causa e efeito. A criação de um esquadrão de polícias realizado pelas forças policiais com o objetivo de contatar e cooperar com grupos como os negros nos Estados Unidos, os aborígenes na Austrália, os Coreanos no Japão, os Indianos e Afro-caribenhos na Grã-Bretanha, e os homossexuais em Melbourne (Austrália) onde as relações com a polícia têm sido turbulenta. Eles passam a maior parte do tempo evitando crises potenciais, afloramento do ódio, da confusão e da violência. Buscam ter contato no interior dessas comunidades e desenvolver programas que supram as necessidades especiais. Desenvolvem também programas educacionais para seus colegas a fim de sensibilizá-los e aumentar seus conhecimentos sobre o grupo não-dominante. A polícia também tem buscado cooperar com grupos e instituições que possuem interesse em trabalhar contra o crime e na manutenção da ordem. Fazem parte dessa iniciativa comandante de todos os escalões, na Grã-Bretanha, Suécia, Japão e Cingapura, as forças policiais de Houston, Santa Ana e Detroit. Em Londres, chefes de delegacias são mais receptivos a encontrar os grupos comunitários de que outros, nos Estados Unidos, na Austrália (shopfronts) atuam como consultores informais de segurança, atendendo pessoas com distúrbios mentais, mulheres que foram agredidas, além de escolas e hospitais próximos. Em Cingapura, os Postos de Polícia do Bairro estão envolvidos em uma estrutura de consultoria que vem desde a sua independência em 1965. Os NPPs coincidem com os distritos eleitorais dos parlamentares, embora um ou dois distritos mais amplos tenham dois NPPs, onde o inspetor-chefe de um

NPP se reúne com regularidade com o Comitê Consultivo do Distrito Eleitoral que é um grupo político-consultivo com base popular nos parlamentares do distrito. Quando há necessidade, há contato regular com outras organizações tais como Comitês Administrativos do Centro Comunitário, Comitês do Centro de Recreação dos Cidadãos mais Idosos e os Clubes de Esporte. O Comitê Consultivo Morgan, da Inglaterra e no País de Gales, distinguiu três modelos: modelo organizador (steward) ou auditor (auditing) – relatório anual fornecendo uma prestação de contas sobre o policiamento em sua área para a sua Police Authority, o modelo de parceria (partner) – reforça a importância e da polícia estar em contato com as opiniões do cidadão enfatizando a prevenção do crime e o modelo dirigido (directive) – onde a política policial está sob controle de autoridades eleitas democraticamente, seja do Parlamento ou dos Comitês locais eleitos. Morgan cita como um dos principais problemas deste enfoque o fato de grupos políticos locais poderem discordar da lei, ignorar interesses ou direitos das minorias e ser susceptíveis à corrupção.

4ª) Descentralizar o comando: o policiamento deve ser adaptável, dando aos comandantes subordinados liberdade para agir de acordo com suas próprias leituras das condições locais. A descentralização do comando é necessária para ser aproveitada a vantagem que traz o conhecimento particular, obtido e alimentado pelo maior envolvimento da polícia na comunidade. Portanto, nem toda descentralização pode ser considerada como um degrau em direção ao policiamento comunitário. Na Suécia, recentemente, descentralizou os comandos policiais nas suas cento e dezessete jurisdições sub-nacionais, restando ver se poderão ocorrer adaptações do policiamento às condições locais e se ela será permitida. Santa Ana foi dividida em quatro áreas, onde grupos inteiros de policiais e policiais associados ao serviço comunitário poderiam ser designados por períodos substanciais de tempo – geralmente dois ou mais anos. Em Adelaide, Austrália, foi realizada a reestruturação dos limites das subdivisões para fazer com que coincidisse com comunidades menores e mais

orgânicas e os policiais que por estarem no comando eram pressionados a desenvolverem seus próprios planos para policiamento da área, mudando-os quando necessário. Em Denver, Colorado, foi instalado terminais de computadores, seus dados foram comparados e selecionados a fim de assessorar os comandantes dos distritos. A experiência DART (Directed Area Response Teams), programa baseado num plano piloto por Lee P. Brown, então Chefe de Polícia em Houston, em 1984, reduziu o tamanho das rondas e elas foram cobertas por grupos de policiais de rondas e detetives. Os comandantes dos Grupos de Resposta Direta da Área receberam autoridade para determinar como utilizariam os recursos para enfrentar os problemas locais. Seu planejamento operacional deveria ser coletivo, usando ideias, conhecimentos e sugestões do pessoal do campo. Podiam mudar o planejamento realizar trocas de pessoal uniformizadas e os investigadores, concentrando-se nos problemas que fosse surgindo. No policiamento comunitário, o aumento da responsabilidade na tomada de decisão vai além dos comandantes subordinados, pois envolve toda a tropa. Além das tarefas tradicionais, eles devem ser capazes de organizar grupos comunitários, sugerir soluções para os problemas do bairro, saber ouvir as críticas sem perder o equilíbrio, registrar a cooperação das pessoas que estejam amedrontadas ou ressentidas, participarem das conferências do comando e saber falar em público, portanto precisam pensar por si só traduzindo as ordens gerais.

Wilson e Kelling (1982) sugerem que a polícia dê uma atenção especial à manutenção da ordem em bairros que estejam se inclinndo na direção da desorganização social anômica, tentando restabelecer o equilíbrio antes que as pessoas “respeitáveis” desistam de viver no local e busquem mudar-se, tática utilizada para estabilização do bairro, reforçando o código de comportamento público das pessoas.

- O VALOR DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO - Os autores (Skolnick & Bayley - 2006), acreditam que o valor do policiamento comunitário é, de fato,

duradouro. Se as forças policiais encorajarem a prevenção do crime baseada na comunidade, enfatizarem a interação com o público fora das situações de emergência, aumentar a contribuição do público na definição de políticas e descentralizarem o comando, poderá ser creditado benefícios substanciais, tanto para a comunidade, como para a polícia.

- BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE - Entre os possíveis benefícios do policiamento comunitário para o público está a possibilidade de melhorar a prevenção do crime, maior atenção com o público por parte da autoridade policial, maior responsabilização da polícia frente à comunidade, e o encorajamento de esforços para recrutar mulheres e minorias para o trabalho policial.
 - A Prevenção do Crime. - A proteção, afinal de contas, é a razão de ser tradicional da polícia e ninguém que defenda o policiamento comunitário quer que a polícia abandone esta responsabilidade.
 - Supervisão pelo Público. - Mesmo quando o policiamento comunitário é apenas retórico, cria-se uma oportunidade de se legitimar o exame público das práticas policiais. Mesmo se o policiamento comunitário não puder fazer muito em relação à prevenção do crime, ele de fato oferece ao público uma janela maior para que se possa observar a atividade policial
 - Responsabilidade Pública. - O policiamento comunitário aumenta a responsabilidade pública eficaz sobre a polícia. Existem três maneiras principais pelas quais o público pode limitar o que a polícia faz: 1) proporcionando, ou deixando de proporcionar, uma estrutura de leis e dinheiro para a ação policial; 2) participando na criação de políticas acerca dos meios de se chegar aos objetivos desejados; e 3) examinando e possivelmente punindo os erros de desempenho.

Atualmente, os próprios policiais têm convidado o público para deliberar sobre a política, pois compreenderam que esta é a melhor maneira de obter o tipo de cooperação pública essencial para que a prevenção do crime e o combate ao crime sejam bem sucedidos.

Para os autores (Skolnick & Bayley - 2006), embora ainda seja muito cedo para afirmar, a colaboração entre as forças policiais e o público no combate ao crime e na sua prevenção pode, eventualmente, construir o tipo de confiança mútua que diminui as objeções policiais em relação à supervisão civil. As polícias podem descobrir que a grande maioria da população compartilha do seu interesse e assegurar um desempenho apropriado e ao mesmo tempo eficaz.

- Recrutamento de Mulheres e Minorias. - A ênfase do policiamento comunitário está direcionada para a solicitação, ajuda, convite e encorajamento, enquanto o policiamento tradicional é direcionado à advertência, ameaça, força e agressão. O policiamento comunitário é menos direto do que o policiamento tradicional. É um tipo de policiamento que pode ser feito tanto por mulheres como por homens, pelos mais baixos e mais altos, tanto verbal quanto fisicamente e, tanto pelos simpáticos como pelos autoritários.

O policiamento comunitário também exige uma habilidade de interagir de modo construtivo com um público bastante diferenciado. As forças policiais sabem por experiência própria que as pessoas não são todas iguais. A fim de fazer isso com sucesso, são necessárias pessoas de diferentes formações dentro das forças policiais. O policiamento comunitário ajuda a demonstrar o valor da heterogeneidade; ele realiza a heterogeneidade profissional.

- **BENEFÍCIOS PARA A POLÍCIA**

O policiamento comunitário também oferece benefícios potenciais para as forças policiais. Sete deles estão descritos a seguir.

- Benefícios Políticos - Em razão do atual medo do crime, o público dificilmente estará disposto a reduzir seu apoio ao policiamento, se a nova estratégia não funcionar. Além disso, mesmo que as forças policiais não possam de fato oferecer um resultado melhor na redução do crime, uma presença policial maciça é tranquilizadora.

Desse modo, o policiamento comunitário reduz o medo do crime - e, do ponto de vista dos benefícios políticos para a polícia, carrega a mensagem de que a polícia se preocupa.

- Apoio Popular. - De todos os benefícios políticos, talvez o principal seja que o policiamento comunitário oferece uma magnífica oportunidade de se construir um apoio político popular para as forças policiais. Ele coloca as polícias dentro da comunidade dando a elas a oportunidade de se explicarem, de se associarem às iniciativas da comunidade, e de se tornarem altamente visíveis como defensoras preocupadas com a segurança pública.
- Construindo o Consenso.- O policiamento comunitário é um meio de desenvolver o consenso, entre polícia e público, sobre o uso apropriado da lei e da força. As forças policiais têm obrigação não apenas de capturar os criminosos, mas também de manter a ordem nos locais públicos.

Foi realizado um documentário por um produtor de TV da Filadélfia, que conhecendo a reputação do Departamento de Polícia de Santa Ana realizou várias entrevistas que acabou demonstrando que as pessoas ficam apavoradas e inseguras por causa de desordens e ausência de comportamento considerado civil, e não apenas em função de atividades criminosas.

A falta de habilidade em coibir as desordens públicas – música alta, vandalismo, bebedeiras, comportamento desagradável – gera mais desordem, mais crimes sérios e difunde um sentimento de insegurança.

O policiamento comunitário é um veículo para dar apoio moral à ação policial. Através de ligações com a comunidade, a polícia pode assimilar os padrões locais de conduta e os níveis aceitáveis de uso da força.

Se as polícias forem capazes de agir de acordo com os desejos das pessoas respeitáveis, cumpridoras da lei, que trabalham e moram no lugar, são menos prováveis de serem consideradas como um exército de ocupação, principalmente em bairros de minorias étnicas.

- Moral Policial.- O policiamento comunitário provavelmente eleva o moral dos policiais envolvidos, pois multiplica os contatos positivos que eles têm com pessoas da comunidade, que os apoiam, que aceitam amigavelmente a presença e a atividade da polícia.

O trabalho policial tradicional concentra os contatos policiais nas pessoas difíceis – criminosos e infratores incorrigíveis, bem como nos que solicitam serviço policial, mas reclamam dele, como as vítimas, os deficientes e os casos de loucura. Por diferentes razões, todas essas pessoas são muito difíceis de contentar. Um grupo vê as forças policiais como inimigas. O outro, como ineficazes ou antipáticas.

O policiamento comunitário leva a uma interação não emergencial com os cidadãos, sem cargas altamente emocionais, aumentando o contato da polícia com pessoas que não desejam nada que não seja a presença da polícia para garantir sua segurança. Isso melhora a sensação de autoestima do policial, e deixa qualquer policial mais satisfeito.

- Satisfação.- O policiamento comunitário pode se constituir no melhor programa que as forças policiais podem desenvolver para manter o gosto pelo trabalho.
- Estatura Profissional. - Ao ampliar o âmbito das qualificações exigidas, o policiamento comunitário eleva a reputação dos policiais. Para ser

bem sucedido no policiamento comunitário, o policial deve ser mais do que grande, forte e fisicamente bem dotado; ele precisa ser uma pessoa que saiba fazer análises, que tenha empatia, seja flexível e comunicativa.

Romper o antigo modelo significa ameaçar alguns dos policiais mais antigos, com nível educacional inferior. Isso ajuda a explicar porque muitos deles se ressentem do policiamento comunitário.

- Desenvolvimento da Carreira. - Ao enriquecer o paradigma estratégico policial, o policiamento comunitário cria mais quadros para o desenvolvimento da carreira. Ao incluir e expandir o modelo tradicional, o policiamento comunitário proporciona outras possibilidades de avaliação dos funcionários da polícia. Para que o policiamento comunitário funcione, as forças policiais devem recompensar uma extensão muito mais ampla de habilidades no desempenho. Isso proporciona oportunidades novas de carreira para um grupo de policiais muito mais diversificadas.

- **Policiamento Comunitário na Sociedade Democrática**

Indagações: O papel da polícia em uma sociedade livre e democrática? É apropriado que as forças policiais desenvolvam uma base política?

O policiamento comunitário faz com que o público se torne um grupo de interesse para a polícia, diante da necessidade de interação regular com o público, e não apenas emergencial.

Os serviços policiais, com a adoção de expedientes a exemplo de rondas a pé (*park-and-walk patrols*) e postos policiais fixos, se tornam mais visíveis, causando a o estreitamento das relações entre a população e os policiais, de tal modo que os

agentes públicos poderão prever e, provavelmente, prevenir, o aparecimento do crime e de problemas de ordem pública.

Mini delegacias em Detroit; Posto de Polícia do Bairro em Estocolmo (Suécia) e Cingapura; Koban no Japão; Vigilâncias de Bairro na Austrália, etc.

As forças policiais vão se tornar politicamente poderosas, na medida em que estarão proporcionando os serviços que a maior parte das pessoas deseja e prefere.

- O policiamento comunitário discrimina aqueles que não são considerados populares?

O policiamento comunitário provavelmente diminuirá a proteção oferecida pela lei às pessoas impopulares, estimulando o vigilantismo (ação de vigilantes, expressão da justiça privada, não-comercial).

A aproximação da comunidade poderá tornar os policiais mais suscetíveis às opiniões da comunidade local.

Dada a possibilidade de discriminação contra os impopulares, deve-se tomar cuidado para garantir a qualidade de proteção produzida pelo policiamento comunitário, com a adoção de mecanismos razoáveis e eficazes de responsabilização e avaliação.

- O policiamento comunitário aumenta o poder relativo das forças policiais em relação às outras agências do governo?

A prevenção do crime fornece para as forças policiais um poder de supervisão praticamente sem limite, sobre todos os negócios da comunidade e serviços governamentais.

O policiamento comunitário coloca os policiais numa situação em que atuam como advogados do público frente a outras agências do governo.

A interação da comunidade com o policial, mesmo em serviços que não ostentem natureza policial, tende a crescer com o policiamento comunitário, porque trazem benefícios à segurança pública, e também porque “os policiais precisam ser considerados como amigos simpáticos que são do 'governo’”.

Atualmente, a diversidade vem da natureza das solicitações que os indivíduos fazem à polícia, e não em virtude de projeto governamental, havendo possibilidade de reversão desta tendência com o policiamento comunitário, em nome da conveniência, da prevenção do crime e do desenvolvimento da comunidade.

- O policiamento comunitário confunde indevidamente os novos domínios do público e do privado?

O policiamento comunitário legitima a penetração das comunidades por poderosos agentes governamentais do policiamento, para que haja efetiva diminuição da distância em tal relação.

Atualmente, os policiais aconselham, servem de mediadores, ministram palestras, organizam, participam, cooperam, comunicam-se, são acessíveis, solícitos, e encorajadores, tanto em lugares públicos como em privados, agindo em vários países como agentes de desenvolvimento da comunidade, responsáveis por estabelecer e dar formas aos processos sociais que produzem harmonia e poder.

O uso indevido do policiamento comunitário como um dispositivo para aumentar o serviço de inteligência.

- O acesso ao policiamento comunitário será distribuído de maneira justa?

Existem relatos policiais acerca da grande dificuldade em organizar esforços para a prevenção do crime, em provocar respostas responsáveis provindas da comunidade,

e obter informação mais confiável entre pessoas pobres e sem escolaridade do que entre pessoas mais afluentes e profissionais.

Em virtude disso, o policiamento comunitário pode vir a ser o modelo utilizado para a classe média educada e afluenta, enquanto o modelo reativo tradicional do policiamento permanece como a norma para as classes baixas, mais pobres e com pouca escolaridade.

Segurança privada = Policiamento comunitário obtido segundo as regras do mercado (ponto de vista operacional).

O policiamento comunitário seria uma tentativa do poder público de igualar o que a segurança privada realiza para os mais ricos.

Ou seja:

- O policiamento comunitário é a nova filosofia do policiamento profissional nas democracias industriais do mundo, representando progresso e inovação, surgindo como alternativa estratégica para as práticas tradicionais e representando mudança das práticas e não dos objetivos do policiamento.
- O policiamento comunitário gera segurança pública e diminui taxas, as taxas de criminalidade, reduz o medo do crime e faz o público se sentir menos desamparado, refaz a conexão da polícia com públicos desinformados, levanta o moral policial, e torna a polícia mais sujeita à prestação de contas.
- O policiamento comunitário aparenta ser muito menos um programa do que um conjunto de aspirações embrulhadas em uma palavra de ordem, daí porque os policiais mais experientes costumarem dizer que não se constitui em algo novo (suas idéias principais são almeçadas há bastante tempo: prevenção, preocupação com o público e cooperação).
- Em vários lugares do mundo, os programas de policiamento comunitário vêm sendo solidamente implementados.

- Elementos associados aos programas de policiamento comunitário: a) prevenção do crime baseada na comunidade; b) prestação de serviços de rondas policiais proativas, em oposição à resposta a emergências; c) participação do público no planejamento e na supervisão das operações policiais; e, d) mudanças das responsabilidades do comando para as fileiras mais baixas das corporações policiais.
- O policiamento comunitário é um programa de valores, que realiza mudanças no comportamento dos policiais enquanto indivíduos, no que diz respeito a seu relacionamento com o povo, assim como produz ajustes na prática da organização policial, sendo imprescindível ao seu funcionamento o compromisso com a cooperação da população não ligada ao crime, seja quem for tal público, em termos de etnia, educação e renda.
- Um dos maiores desafios do policiamento comunitário enfrenta é a construção de critérios sensíveis e procedimentos para o julgamento do desempenho dos policiais comuns, das fileiras mais baixas.

2.2. Modelo de Policiamento Comunitário no Brasil

Os primeiros registros de implementação do policiamento comunitário no Brasil foram baseados na literatura internacional escrita, envolvendo, principalmente, as experiências dos países Estados Unidos da América e Canadá. No qual, influenciou na elaboração de um projeto de Polícia Militar no Brasil, na década de 1990, tendo como primeiro registro de tentativa substancial de implantação da polícia comunitária em Copacabana no Rio de Janeiro, no período de 1994/1995, na tentativa de introduzir mudanças na forma de agir e pensar dos policiais militares (MONTEIRO, 2005. p. 115).

A filosofia de policiamento comunitário no Brasil é reduzir a criminalidade através da prevenção da criminalidade, como em diversos países do mundo. No entanto, cada

Estado realizou sua implantação buscando obedecer as suas características e especificidades de cada região.

No período de 1985 á 1995 foram realizados diversos estudos com a finalidade de reformar a polícia, sendo o policiamento comunitário uma proposta para diversos estados e municípios. No entanto, a falta de apoio governamental e a resistência da própria polícia ás mudanças contribuíram para que a sua implantação ocorresse de forma lenta. Só em 1996 é que o apoio governamental começou a acontecer através de parceria firmada com o Brasil, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) e o Canadá, *Humam Rihts Research and Education Center*, da Universidade de Ottawa, ocorrendo assim troca de experiências.

O policiamento comunitário aparece no contexto brasileiro como renovador, trazendo uma ideia de inovação das relações entre a polícia e a comunidade. A descentralização do comando, e conseqüentemente das decisões foi o ponto de partida quebrando paradigmas e dando maiores responsabilidades aos policiais envolvidos no processo, um dos maiores entraves diretos à aplicação da filosofia de policiamento comunitário no Brasil.

Segundo Borges (2010, p. 32):

No Estado do Ceará, no ano de 1986, foi implantado mudanças em relação ao policiamento ostensivo visando uma maior integração com a comunidade. Entretanto no ano de 1988 o Estado do Espírito Santo, nas cidades de Guaçui e Alegre, também, se implantaram policiamento comunitário, embora de forma primária e extremamente deficiente em recursos materiais e humanos.

Em 1993, no Rio de Janeiro e Minas Gerais iniciaram projetos de policiamento comunitário sendo que no Estado de São Paulo, somente ocorreu no ano de 1997, quando o projeto teve como marco inicial à criação dos Conselhos Comunitários de Segurança. De acordo com Beato (2002), nota-se que a criação desses Conselhos

como parte de uma iniciativa do Governo Estadual, através de Decretos e não indicam uma participação popular efetiva no campo da Segurança Pública.

No Estado de São Paulo, a Polícia Militar manteve a filosofia de policiamento comunitário considerando somente a distribuição de seus carros de patrulha, em determinados setores geográficos, ampliando assim, apenas, o patrulhamento de áreas geográficas. Através de contatos com comerciantes e visitas aos moradores nas comunidades, não houve desenvolvimento claro das questões relacionadas à descentralização de comando, que promovesse maior autonomia ao policial de ponta e melhoria das relações com a comunidade (MARINHO, 2002, p. 45).

Assim, entre 1999 e 2000, foi testado o modelo japonês, cujas técnicas foram consideradas mais eficazes e as bases comunitárias que eram chamadas de Koban e Chuzaiho, onde existe há mais de 100 anos. Foi estipulado um prazo de três anos para obtenção de resultados; no entanto, em menos de dois anos, a polícia conseguiu sedimentar a sensação de segurança da população do centro da cidade de São Paulo. A comunidade já conhecia o policial e ele, por sua vez, atendia às expectativas.

Entretanto, no Estado do Rio de Janeiro a filosofia foi de ocupar militarmente áreas com poder aquisitivo baixas, conhecidas como “favelas” que podem ser esconderijos de traficantes; ou seja, não ocorreram mudanças significativas nas políticas de segurança pública. Essas ocupações resultaram em uma corrente cíclica de violência e medo, e tem como modelo o utilizado por tropas norte americanas, durante a Guerra do Vietnã, incluindo ações do tipo *search and destroy* e, também, chamadas de *search and clean*, baseadas em pequenas patrulhas de infantaria ou grupos de operações especiais, que adentram o território inimigo para emboscar e destruir tropas e equipamentos dos exércitos ou tropas irregulares (guerrilheiros) adversários, não se preocupando com vítimas civis ou alvos que não fossem realmente militares, utilizando a contagem de corpos como forma de produtividade e de efetividade das ações (BORDIM, 2009, p. 356-357).

A Polícia Comunitária no Rio de Janeiro recebe a nomenclatura de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) sendo considerado um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil nas últimas décadas. Implantado no fim de 2008, o Programa das UPPs foi elaborado com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública (BRASIL, 2014).

A fundamentação da pacificação consiste em mostrar um papel voltado para o desenvolvimento social e econômico das comunidades, potencializando, com isso, a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e, sobretudo, criando oportunidades (BRASIL, 2014).

Os programas de gestão social em territórios pacificados apresentam uma proposta de articular ofertas de serviços públicos a demandas comunitárias por esses serviços em territórios pacificados. Os programas UPP Social e Territórios da Paz apresentam um programa parecido, mas com trajetórias distintas quanto à mobilização social.

O programa UPP Social tem por objetivo a consolidação do controle territorial e da pacificação, a promoção da cidadania e do desenvolvimento social e a integração plena das comunidades pacificadas por UPP ao conjunto da cidade do Rio de Janeiro (Edital Seleção Pública – UPP Social 2010).

Entretanto, no programa Territórios da Paz, as áreas foram escolhidas de sorte à equipe de gestão social conseguir construir uma relação de confiança com os moradores, tendo em vista se tratar de um programa dentro de uma Subsecretaria de Direitos Humanos, monitorando violações de direitos, contemplando muitas vezes uma área de UPP por equipe. Outra proposta era manter uma mesma equipe no território, evitando mudanças, tendo em vista que a continuidade do trabalho garantia a construção de uma relação de confiança e parceria (MISSE, 2013, p. 11; 14).

O Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária (SENASP, 2008), traz dez princípios utilizados para a implantação do sistema de Policiamento que devem ser

conhecidos e praticados por todos aqueles que forem desenvolver o trabalho de policiamento comunitário, são eles:

1. **Filosofia e Estratégia Organizacional:** a base da filosofia é a comunidade, motivo pelo qual a polícia deve buscar junto a comunidade a sua participação, seus anseios e as preocupações com a finalidade de traduzi-los em procedimentos de segurança;
2. **Comprometimento da Organização com a Concessão de Poder à Comunidade:** participação da população como plenos parceiros da polícia, dos direitos e das responsabilidades envolvidas na identificação, priorização e solução dos problemas;
3. **Policiamento Descentralizado e Personalizado:** é necessário que o policial tenha envolvimento com a comunidade, seja conhecido por ela e conheça a sua realidade;
4. **Resolução Preventiva de Problemas a Curta e em Longo Prazo:** o policial deve antecipar a qualquer ocorrência sem necessidade de ser chamado pelo rádio diminuindo assim o número de chamadas do COPOM;
5. **Ética, Legalidade, Responsabilidade e Confiança:** é proposto um novo contrato entre o policiamento comunitário e os cidadãos, ou seja, a relação deve ser baseada no rigor do respeito à Ética policial, da legalidade dos procedimentos, da responsabilidade e da confiança mútua;
6. **Extensão do Mandato Policial:** cada policial passa a atuar como um chefe de polícia local, com autonomia e liberdade para tomar iniciativas;
7. **Ajuda às Pessoas com Necessidades Específicas:** o policial comunitário tem como compromisso inalienável a valorização das vidas de pessoas mais vulneráveis tais como: jovens, idosos, minorias, pobres, deficientes, sem teto, dentre outros;
8. **Criatividade e Apoio Básico:** ter confiança nas pessoas que estão na linha de frente da atuação policial, confiando no seu discernimento, sabedoria, experiência e principalmente na formação que recebeu da instituição. Isso irá propiciar abordagens mais criativas para os problemas na comunidade.

9. **Mudança Interna:** é necessária total integração entre os policiais que realizam o policiamento comunitário e a instituição, todos devem estar plenamente envolvidos e para isso é fundamental a reciclagem de cursos e respectivos currículos. É uma mudança que é projetada entre 10 ou 15 anos;
10. **Construção do Futuro:** a comunidade deve ter um serviço policial descentralizado e personalizado. A ordem não deve ser imposta de fora para dentro, e as pessoas devem enxergar a polícia como um recurso que pode ser utilizado na resolução dos problemas atuais de cada comunidade.

2.3. Modelo de Policiamento Comunitário na Bahia

No Estado da Bahia, através da Polícia Militar de forma pioneira, promove uma série de mudanças sistêmicas, as quais têm buscado tratar a Instituição como empresa e a nossa Sociedade como cliente, que exige e merece um serviço de qualidade. Tais mudanças têm mobilizado toda a estrutura da PMBA. Um novo modelo de gestão vem sendo buscado, parcerias tem sido feita em diversas entidades da sociedade civil organizada. Estas parceiras têm buscado a valorização dos recursos humanos da PMBA, com a intensificação de uma doutrina mais humanitária e voltada para a qualidade na prestação de serviço.

A doutrina oficial da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) sobre Policiamento Comunitário reconhece como experiência pioneira o Policiamento Ostensivo Integrado realizado na PMBA a partir de 1974, quando se estabeleceu como modelo de emprego policial o Sistema Integrado, definido como “a execução integrada de todos os tipos de policiamento ostensivo, pela Unidade Operacional, ao nível de Batalhão ou de Companhia, em sua área de jurisdição” (BORGES, 1991 apud GOMES, 2002).

Tal proposta de policiamento só se consolidou mesmo em 1985, com a experiência piloto em nível de pelotão realizada no 7º BPM, mesmo ano em que se iniciou a implantação na PMSP. Apesar do sucesso da experiência, só a partir de 1997 o modelo teve novo formato e foi expandido para toda a PMBA através do Programa

de Polícia Cidadã, dentro do processo de modernização de nossa corporação, centrado, inclusive, na aproximação e integração com a sociedade. Inicialmente a Nota de Serviço nº 001/1997 oficializou a implementação do PPCid nos 5º e 8º batalhões da PMBA, como projeto piloto.

Posteriormente, a Nota de Serviço nº 001/1999 regulou a implantação em todas as unidades operacionais. Após sua fase inicial de sucesso e de adesão pela corporação e pela sociedade, o Projeto Polícia Cidadã sofreu descontinuidade por razões principalmente políticas, o que levou ao seu esvaziamento. O advento da criação em 2000 da SENASP constituiu o início de uma política nacional única voltada para a segurança pública no Brasil, tendo em vista os altos índices de violência reinantes nos nossos grandes centros urbanos.

Em 2003 se iniciam as ações de retomada na PMBA, mediante diretrizes do Comando Geral contidas no Resumo Executivo do Projeto Polícia Cidadã – Procedimentos de Retomada, que estabeleceu prioridades que viabilizem a revitalização do programa, com ênfase na formação humana. Mesmo assim, o Policiamento Comunitário se desdobrou incontinuo e sem a plena adesão da corporação e da sociedade

De uma forma pioneira, no Estado da Bahia, através da Polícia Militar, iniciou suas mudanças no ano de 1996, buscando parcerias com a sociedade civil no sentido de oferecer um serviço de qualidade. Essas mudanças vêm transformando a estrutura da Polícia Militar, na intensificação de uma doutrina mais humanitária e voltada para um serviço prestado de melhor qualidade, buscando convenio entre a PMBA e Universidade Federal da Bahia (UFBA), para implantar um modelo capaz de atingir a meta. Com o convênio, diversos projetos e estudos foram realizados com essa finalidade, construindo-se assim uma base sólida e a PMBA saísse da inércia administrativa.

Sendo implantado, o Projeto de Implantação de Qualidade na Prestação dos Serviços de Segurança Pública, que foi Denominado Projeto Polícia Cidadã (PPCid), em 1996, este busca elevar a qualidade dos serviços prestados diretamente à

comunidade, na atividade fim da Corporação. Inicialmente a Nota de Serviço nº 001, de abril de 1997, oficializou a implementação do PPCid, nos 5º e 8º Batalhões da PMBA, como projeto piloto. Posteriormente, a Nota de Serviço nº 001, de 1999, regulou a implantação em todas as Unidades Operacionais (OP), estabelecendo um “norte” a ser seguido por todos os Comandantes de Unidade Operacional, para execução e desenvolvimento da doutrina de Polícia Cidadã.

Ficou estabelecido e, feito em duas etapas, conforme projetos específicos: o primeiro de implantação que foi o PPCid, e o segundo de retomada do PPCid, em face da descontinuidade das ações iniciais. Além disto, foi alterada a cor do uniforme no intuito de amenizar e torná-la mais funcional, viaturas também obtiveram novas padronizações dando origem a uma polícia comunitária baseada na relação entre a polícia e a sociedade, com objetivo de uma paz social e uma vida pública mais tranquila. O *layout* de policiamento adotado permitiu que a comunidade e a PMBA, assumissem uma postura única de corporação. A polícia proporciona proteção à comunidade, e esta auxilia a primeira a identificar os locais e agentes que perturbam a ordem pública (BAHIA, 2015).

3. AS MULHERES EM CARREIRAS MILITARES

3.1. Um breve histórico

Os movimentos feministas no Brasil e a Constituição de 1988 foram decisivos para ampliar seus direitos de igualdade entre os gêneros. Segundo Silva (2011) “neste momento, o Brasil se redescobria, especialmente como república, no tocante ao movimento feminista, as conquistas alcançadas até então foram: a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a criação de conselhos estaduais e municipais voltados aos direitos das mulheres e a criação das Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs). Sendo que para a busca de uma construção de uma sociedade igualitária para mulheres e homens necessitava-se de uma reforma das legislações existentes, tal reforma começou com a criação da carta Magna, a Constituição Federal de 1988”, que como resultado teve a condensação das mais importantes e históricas demandas das mulheres brasileiras.

Esta carta, conforme relatório do CNDM teve como responsáveis pela sua redação final as seguintes feministas brasileiras: Jaqueline Pitanguy, Floriza Verucci, Branca Moreira Alves, Leila Linhares, Sílvia Pimentel, Comba Marques Porto, Nair Guedes e Ana Montenegro sendo importante ressaltar que 80% das demandas foram atendidas. Abaixo, as propostas entregue na Assembléia Nacional Constituinte:

PROPOSTAS À ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE
Incluem-se, para integrar o Projeto de Constituição, os seguintes dispositivos:

DOS DIREITOS E GARANTIAS

Art. – Homens e mulheres têm iguais direitos ao pleno exercício da cidadania nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir sua eficácia, formal e materialmente.

Parágrafo único: ficam liminarmente revogados os dispositivos que contenham qualquer discriminação relativa a sexo ou a estado civil.

Art. – Todos são iguais perante a lei que punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos.

§ 1º - Ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental e qualquer particularidade ou condição.

§ 2º - O poder público, mediante programas específicos, promoverá a igualdade social, política, econômica e educacional.

Art. – Os presos têm direito à dignidade e à integridade física e mental, assistência espiritual e jurídica, à sociabilidade, à comunicabilidade, e ao trabalho produtivo e remunerado, na forma da lei.

§1º - Serão iguais os benefícios concedidos aos presos do sexo masculino e do sexo feminino.

§2º - É dever do Estado manter condições apropriadas nos estabelecimentos penais, para que as presidiárias permaneçam com seus filhos, pelo menos durante o período de amamentação

DA ORDEM ECONÔMICA

Art. – Considera-se atividade econômica atípica aquela realizada no recesso do lar.

DA ORDEM SOCIAL

Art. – A ordem social tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I – Função social da maternidade e da paternidade como valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos de seu desempenho;

II – Igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e rural.

DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Art. – As normas de proteção aos trabalhadores obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria de seus benefícios:

I – Proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho e de critério de admissão, promoção e dispensa por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiência física ou condição social;

II – Garantia de manutenção, pelas empresas, de creches para os filhos de seus empregados até um ano de idade, instaladas próximas ao local de trabalho ou de moradia;

III – Não incidência da prescrição no curso do contrato;

IV – Descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, com garantia de estabilidade no emprego, desde o início da gravidez até sessenta dias após o parto;

V - Inserção na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros ou no faturamento, segundo critérios objetivos fixados em lei, com representação dos trabalhadores na direção e constituição de comissões internas, mediante voto livre e secreto, com a assistência do respectivo sindicato;

VI – Garantia e segurança no emprego, proibidas as despedidas sem justo motivo.

DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. – Todos têm direito à seguridade social;

Art. – É dever de o Estado organizar, coordenar e manter um sistema de seguridade social destinado a assegurar o acesso:

I – à proteção à maternidade e às gestantes;

II – à aposentadoria às donas de casa;

Art. – Os trabalhadores rurais e domésticos terão assegurados todos os direitos previdenciários.

Art. – É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violências sexuais, cabendo à rede hospitalar pública a responsabilidade por tais serviços.

DA SAÚDE

Art. – É assegurado a todos o direito à saúde, cabendo ao Estado promovê-la, garantindo condições básicas de saneamento, habitação e meio ambiente.

Art. – Compete ao Estado:

I – prestar assistência integral e gratuita à saúde da mulher, nas diferentes fases de sua vida;

II – garantir a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva em contrário pelo poder público e por entidades privadas;

III- assegurar o acesso à educação, à informação e aos métodos adequadas à regulação da fertilidade, respeitadas as convicções éticas e religiosas individuais;

IV – fiscalizar e controlar as pesquisas e experimentações desenvolvidas no ser humano;

DA FAMÍLIA

Art. A família, instituída civil ou naturalmente, tem direito à proteção do Estado e à efetivação de condições que permitam a realização pessoal de seus membros.

Parágrafo único – O Estado assegurará assistência à família e à família e criará mecanismos para coibir a violência na constância das relações familiares.

Art. – O homem e a mulher têm plena igualdade de direitos e de deveres no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos,

à fixação do domicílio de família e à titularidade e administração dos bens do casal.

§1º - Os filhos nascidos dentro ou fora do casamento terão iguais direitos e qualificações.

§ 2º - O homem e a mulher têm direito de declarar a paternidade e a maternidade de seus filhos, assegurado a ambos o direito de contestação;

§ 3º - A lei assegurará a investigação de paternidade de menores, mediante a ação civil privada ou pública, condicionada à representação.

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. – A educação, direito de todos e dever do Estado, visa o pleno desenvolvimento da pessoa dentro dos ideais da defesa da democracia, do aprimoramento dos direitos humanos, da liberdade e da convivência solidária a serviço de uma sociedade justa e livre.

Parágrafo único – É responsabilidade do Estado assegurar a educação universal, pública e gratuita para todos os níveis.

Art. A educação obedecerá aos seguintes princípios:

I – igualdade entre o homem e a mulher;

II – repúdio a qualquer forma de racismo e discriminação;

III – respeito à natureza e aos valores do trabalho;

IV – imperativos e prioridade do desenvolvimento nacional

V – convivência pacífica entre os povos;

VI – pluralismo cultural do povo brasileiro.

DAS TUTELAS ESPECIAIS

Art.- É assegurada a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes.

Art. – Incumbe ao Estado promover a criação de uma rede nacional de assistência materno-infantil e de uma rede nacional de creches.

Parágrafo único – As creches de que trata este artigo deverão abrigar crianças de 0 a 6 anos, sem prejuízo das obrigações atribuídas aos empregadores.

Art. Os menores, particularmente os órfãos e os abandonados, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal dos pais que os abandonarem, terão direito à proteção do Estado, com total amparo, a alimentação, educação e saúde.

(Fonte: Acervo CNDM – Arquivo Nacional)

As primeiras mulheres ingressaram na Marinha do Brasil na década de 1980, pela Lei 6.807 de 07/07/80. Para formar o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, elas ocupavam cargos nas áreas administrativas, da saúde e técnica. A admissão delas teve como fundamental motivo a “substituição dos especialistas - homens oficiais e praças que vinham exercendo funções em terra - para deslocamento em setor operativo (navios), sendo que este ato também foi de ”grande conveniência“ devido à sua “abrangência social”, deixando transparecer que esse foi resultante da luta das mulheres pela invocada igualdade”. (ALMEIDA, 2008, p.06).

A incorporação de mulheres na Força Aérea brasileira somente sucedeu-se para atender à falta de pessoal nas áreas administrativas e da saúde. (SANTOS, 2009, p.06). No ano de 1982, a Aeronáutica nacional cria no seu quadro o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, e as mulheres que o integraram, ocuparam cargos na graduação de Cabos, 3º Sargentos e 2º Tenentes e também assumiram funções nas áreas já relacionadas. A lei que regulamentou essa criação foi a Lei nº. 6.924 de 29 de Junho de 1981.

Exército do Brasil, em 1989, abriu vagas para o sexo feminino através do estabelecimento do Quadro Complementar de Oficiais pela Lei nº 7831 de 02/10/1989, no entanto, as suas primeiras turmas formadas não possuíam mulheres, somente em 1992 é que ocorreu a entrada de 49 mulheres que, ao final do curso, assumiram o posto de 1º Tenentes.

Talvez porque as mulheres, sob uma ótica biológica, possuíam menos força física que os homens, elas tenham sido impedidas em trabalhar em atividades de combate e tinham o acesso aos postos de comando restringidos, o que as direcionava para as funções administrativas, porém o que estava "camuflada" por trás dessas justificativas e direcionamentos era uma disputa por espaços de poder que envolviam questões de gênero.

Tais questões podem ser reforçadas na afirmativa abaixo:

Deste modo, às mulheres militares foi negado o lugar e a formação em funções de combate, justificando-se o seu lugar em funções auxiliares sob o enfoque da construção cultural da diferença sexual e da interpretação biológica socialmente construída do seu corpo. (ALMEIDA, 2008, p.05)

A divisão de tarefas entre a mulher e o homem no seu espaço de trabalho apoiada em uma teoria que leva em consideração as características psíquicas e corpóreas foi defendida por Durkheim (1989) da seguinte maneira:

A única causa que determina então a maneira como o trabalho se divide é a diversidade das capacidades. Pela força das coisas a partilha faz-se, portanto no sentido das aptidões, pois que não há razão para que se faça de outro modo. Assim se realiza por si mesma a harmonia entre a constituição de cada indivíduo e sua condição. (*Apud* MATIAS DOS SANTOS, 2007, p.06).

Mas, segundo Matias dos Santos (2007) os estudos sobre a divisão sócio-técnico do trabalho, que utilizam como categoria de análise o gênero, refutaram da compreensão de Durkheim (1999), pois, enquanto para ele esta divisão se dava de forma harmônica e complementar, para outros estudiosos essa segregação era percebida de forma conflituosa, oriunda da relação de dominação e subordinação ocorrida entre os sexos. Partindo desta percepção, declara “a divisão sexual do trabalho é considerada como aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. (...) é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder”. (*Apud* MATIAS DOS SANTOS, 2007, p.06).

Outros motivos que dão fundamentos a não participação das mulheres nas funções de combate e embarque, são: o fato das mulheres serem julgadas como seres que necessitam de proteção dentro e fora da caserna, o que as excluem das atividades consideradas de risco e também que a relação entre mulheres e homens nos quartéis envolve ponderações de ordem sexual e sentimentais o que, supostamente, levaria o homem, nos seus momentos de carência afetiva, a sentir desejo pela

companheira de trabalho. No caso da Marinha, isto ocorreria principalmente quando estivessem embarcados em navio. (D'ARAUJO, 2003, p.07).

A divisão de tarefas exercidas por homens e mulheres nos seus ambientes laborais está diretamente relacionada a diversos fatores determinantes conforme descrito pelos autores citados, no entanto, nota-se que todos eles são perpassados pelas relações de gênero e poder.

O histórico do ingresso de mulheres nas polícias do Brasil retrata uma realidade bem diferentes das que motivaram esse ingresso em outros países. Países da Europa como França, Inglaterra e Espanha, e até mesmo nos Estados Unidos e na Austrália, buscaram na força de trabalho feminino uma maneira de suprir a baixa no efetivo masculino, devido à ocorrência de guerra, mas esse não foi o único fator. As práticas violentas e a corrupção denegriram a imagem de suas polícias ocasionando a perda da credibilidade e o comprometimento de sua estrutura organizacional, que contribuiu para pressão feita pela sociedade para que fossem abertas as portas dos quartéis, espaço exclusivamente masculino, ao ingresso das mulheres.

No Brasil, também foi necessário reformular a imagem da instituição policial militar, herdada do período a serviço do Estado de Exceção, com seus fortes traços de uma organização repressora e violenta. Para tanto, o ingresso das mulheres contribuiria com estas mudanças, pois elas exerceriam suas funções juntas a elementos mais frágeis da sociedade como mulheres, adolescentes, idosos e crianças abandonadas, realizando um trabalho de cunho social, dando uma roupagem mais humanizada ao aparelho policial.

Mas, para além da busca de “humanizar” a polícia e melhorar sua imagem social, não há registros de motivos concretos para a participação feminina nas corporações. O que existe é uma lista de “missões” que elas poderiam executar: “Trabalho preventivo e assistencial junto a crianças e adolescente, mulheres e idosos;

- Atendimento a, e condução de alcoólatras, drogados e mendigos;

- Policiamento ostensivo em portos, aeroportos e terminais rodoviários;
- Policiamento de trânsito
- Policiamento de áreas comerciais e turística; patrulha de grandes eventos;
- Trabalhos comunitários e assistenciais em geral;
- Revista de mulheres detentas ou suspeitas, e de visitantes do sexo feminino em estabelecimentos penais;
- Serviços internos de secretaria, telefonia, arquivo, recepção, dentre eles” (SOARES E MUSUMECI, 2005, p.17)

Segundo as autoras Soares & Musumeci (2005), em uma primeira análise das atividades realizadas pelas mulheres policiais, podemos pensar que adentraram no universo policial para substituir os homens nas tarefas consideradas “leves ou menos agressivas”, mas se considerarmos o pequeno contingente delas na instituição, isso seria pouco provável. Fazendo uma nova análise, considerando os seus postos e funções “femininas” e o seu efetivo mínimo, é possível considerar que o ingresso das mulheres ocorreu para “enxertar uma mostra de novidade na velha instituição” e as mesmas estabeleceriam uma relação de “cartão de visita”, como elemento de *marketing*, a participação das mulheres serviria para “uma reforma cosmética”.

A ausência de uma política de segurança pública que direcionasse as policiais femininas para serviços específicos, a inexistência de planejamento para a inserção feminina na instituição policial tornam possível afirmar que além da tentativa de “humanizar” a polícia militar, não há motivos que justifiquem a inserção feminina nos efetivos policiais, mas existe a certeza de que a participação feminina não foi resultado de grandes mudanças e nem de pressões sociais.

A inserção da mulher nas fileiras da Polícia Militar da Bahia só teve início a partir de 12 de outubro de 1989, quando o Decreto Governamental de número 2.905 criou a Companhia de Polícia Militar Feminina, com a missão de executar o policiamento ostensivo geral e de trânsito, bem como atividades auxiliares na região metropolitana de Salvador, podendo eventualmente atuar em todo o território do Estado da Bahia.

Após o primeiro recrutamento, mediante concurso público, foram incorporados 27 Sargentos e 78 Soldados que compoem a primeira tropa policial militar feminina da Bahia, inicialmente, desempenhavam suas atividades em postos especiais, instalados no aeroporto, estação de transbordo rodoviário e ferroviário, hospitais públicos e juizado de menores.

Hoje, embora a Polícia Militar da Bahia, a exemplo de suas congêneres, analisada como um espaço organizacional de interação social possa ser considerado uma espécie de gueto masculino no qual se admitiu o ingresso de mulheres há pouco tempo. Na PMBA a mulher desempenha suas atividades nas áreas administrativas e operacionais.

Para Musumeci, (2004) a inclusão do contingente feminino nas polícias militares teve origem em motivações internas às próprias corporações e/ou aos respectivos governos estaduais, antes que em apelo direto da sociedade civil ou da chamada opinião pública, diferentemente da criação das Delegacias Especiais da Mulher, na Polícia Civil, que resultou das iniciativas e cobranças do movimento feminista e tinha um objetivo bem nítido: prover atendimento especializado, prestado, sobretudo, por policiais civis femininos, às mulheres vítimas de violência.

O estudo sobre a realidade do ser mulher em uma sociedade somente é praticável se for amparado pela categoria gênero. Os movimentos feministas nos anos de 60 e 70 fizeram emergir inquietações a respeito da nova condição da mulher, bem como, a maior visibilidade das lutas e conquistas femininas decorrentes das alterações ocorridas na sua participação na sociedade, seja no setor profissional ou doméstico.

Padrões de comportamentos contemporâneos estão modificando significativamente a decomposição da figura feminina como subalterna dependente e emotiva. Hoje as mulheres trabalham, estudam, assumem cargos políticos, e decidem se querem constituir família ou não. Atitudes que no passado nem tão distante era impossível de ocorrer. A conquista desses direitos foi lenta, gradual e sofreu resistência por partes da sociedade.

4. IMPLEMENTAÇÃO DAS BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA EM SALVADOR/BAHIA.

A Bahia experimentou um exponencial crescimento dos índices de violência, registrado nos anuários estatísticos das instituições que acompanham a evolução dos fenômenos sociais.

Tabela BA2. Crescimento % total e ao ano por período e área. Bahia. 1980/2010*

1999 – 2010*		
ÁREA	% TOTAL	% AO ANO
BRASIL	0,0	0,0
UF	450,8	16,8
CAPITAL + RM	739,4	21,3
INTERIOR	346,1	14,6

Fonte: SIM/SVS/MS - *2010: Dados Preliminares

Em 2012, o Instituto Sangari produziu um Mapa da Violência onde apresentou um crescimento de 450,8% de crescimento das taxas de homicídio no território do Estado da Bahia, no período compreendido entre 1999 e o ano de 2010, e inacreditáveis 739,4% de crescimento dos casos de homicídio, nesse mesmo período, contabilizados na Capital do Estado e sua região metropolitana (WAISELFISZ, 2012).

A reflexão em torno da implementação das BCS no Estado da Bahia parte necessariamente do entendimento do aumento da violência e criminalidade que se tornou um fenômeno que vem atingindo incisivamente as grandes cidades, como também, já desponta com bastante intensidade nas regiões do interior do país, causando medo e pavor à população, pela audácia e ferocidade com que agem os bandidos (CANO, 2001, p. 19).

Os problemas são de ordem estrutural que se encontra enraizado na sociedade ao longo dos tempos, dos quais podem ser citados os fatores, como o desemprego, falta de condições adequadas de saúde e saneamento básico, deficiências no ensino público e má distribuição de renda, que, infelizmente, culminam com o

agravamento do quadro social brasileiro e tem inexoravelmente como conseqüência o acréscimo nas estatísticas policiais.

Nesse cenário, essa situação exige do sistema de Segurança Pública um posicionamento e uma atuação eficiente e, conseqüentemente, mais efetiva e, prioritariamente que seja capaz de reduzir os níveis de violência e criminalidade, onde através da implantação e BCS e a participação da própria comunidade, que agindo em ações conjuntas com a polícia, pode dar-lhe novos rumos no seu caminho de atuação, no sentido de combater com maior eficácia a criminalidade reinante.

Para se enfrentar esse desafio de implementação de boas condições de segurança em nossa sociedade, necessário se fazem algumas medidas administrativas, que valorizem e proporcione o pleno desenvolvimento dos recursos humanos, por ser o homem um ser multidimensional, que, nas organizações, deve estreitar as suas relações com os outros, porém, sem perder a sua singularidade.

Todavia, entende-se, também, que o desenvolvimento somente do corpo funcional da PMBA, para que estes atuem de forma eficiente e eficaz nas BCS por si só não é suficiente, pois necessário se faz a implementação efetiva dos programas e projetos desenvolvidos para as comunidades carentes e que tem, comprovadamente, índices alarmantes de violência e criminalidade.

Para não correr o risco de definições ou conceitos unilaterais, preferimos apresentar alguns traços que caracterizam uma comunidade como: forte solidariedade social, aproximação dos homens e mulheres em freqüentes relacionamentos interpessoais; discussão e soluções de problemas comuns; sentido de organização possibilitando uma vida social durável.

E, como mencionado anteriormente, o policiamento comunitário tem por característica ser uma estratégia de policiamento preventivo. Pode-se destacar uma diferença de atitudes frente ao Programa de Policiamento Comunitário por parte dos

Oficiais e dos Praças da PMBA. Isso se deve, em parte, à própria forma com a qual são administradas as polícias ostensivas brasileiras.

Saliente-se, também, que os tipos e a quantidade de criminalidade, assim como as características das vizinhanças e bairros parecem ser fatores determinantes da estratégia de policiamento empregada: regiões caracterizadas por altas taxas de criminalidade, condições de segurança deterioradas e populações que revelam razões objetivas para não estabelecerem laços com as polícias.

Dessa forma, um dos fatores importantíssimos para que a comunidade participe com mais efetividade, visando diminuir essas características, consiste na divulgação das informações, dos resultados obtidos e de como os projetos futuros podem trazer resultados benéficos para a comunidade, pois somente dessa forma, credita-se que com a informação em larga escala, haverá um maior envolvimento da comunidade com o policiamento comunitário.

Compreendemos que essa comunicação pode ser feita de forma mais dinâmica e ágil, no próprio site oficial da Secretaria de Segurança Pública, a partir de um *link* direto que coloque o cidadão em contato com as informações e benefícios que já foram gerados para a comunidade, em face da implementação dos projetos sociais elaborados pela BCS, bem como estes podem opinar na melhoria destes. No entanto, essa discussão será mais bem aprofundada no subitem que se segue.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) emergiu como balizador de um novo momento, agregando uma nova ênfase na formação humana e novas estratégias, inclusive a implantação de “Bases Comunitárias de Segurança” (BCS). Entendeu a SENASP que a experiência da PM de São Paulo, orientada pela filosofia japonesa denominada de “Sistema KOBAN”, mediante convênio com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), era o modelo ideal como referência para todo o Brasil.

4.1. A insegurança nos bairros populares de Salvador

Segundo Costa (2005), renomada referência em segurança pública no meio acadêmico, “a violência, a insegurança e o medo envolvem a todos indistintamente na sociedade. Todavia, por múltiplas razões, as camadas populares encontram-se mais expostas a estes fenômenos e, de forma correlacionada, também se encontram na mesma situação os policiais que atuam na linha de frente, ou seja, aqueles que integram o contingente operacional da Polícia”.

Ainda segundo Costa (2005), é necessário em primeiro lugar, baseado no código penal entre outros, estratificar a violência que a camada popular da sociedade e os Policiais estão expostos. Esta referência foi inspiradora no que diz respeito à caracterização da violência permitindo demonstrar situações concretas de vida quando confrontados com este tipo de fenômeno.

É através de terceiros que se expressa o maior medo de sofrer violência na população que habita os bairros populares de Salvador, Bahia. Isso se dá principalmente devido às precárias condições de moradias que os impulsiona para uma condição de vulnerabilidade impar perante a sociedade e a cidade em geral. Mais de 51% dos chefes de família entrevistados na pesquisa realizada pela pesquisadora declararam já ter sofrido algum tipo de violência física ou ao patrimônio. Em relação à violência contra as policiais, a mesma pesquisa revela que a lesão corporal e o homicídio constituem os fatos mais freqüentes, sendo que estas agressões estão correlacionadas com o próprio contexto de insegurança social onde muito deles vivem e trabalham.

4.2 O sistema KOBAN

O sistema **Koban** (KO = troca/ BAN = experiência) foi adotado pelo Japão no ano de 1874 e vem praticando-o, então há 139 anos, Brandão et al (2009, p. 158). O Koban tem por finalidade realizar, diariamente, visitas comunitárias nas residenciais e nos pontos comerciais da localidade, objetivando a prevenção de possíveis situações

facilitadoras da violência e da criminalidade e, para tal, conta com as informações dos moradores e dos comerciantes da comunidade local (SANTANA, 2013).

As visitas comunitárias residenciais e comerciais são consideradas importantes instrumentos de aproximação e estabelecimento da confiança mútua entre a comunidade e a Polícia Comunitária. Nesse sentido, Brandão et al (2009, p. 158) mencionam o Manual do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária

Figura 1 – Delegacia de um subúrbio japonês, em *Tokyo*



Fonte: Sulchinski (2010).

Figura 2 – *Koban*, Tóquio, Japão



Fonte: Dytham (2013).

Figura 3 – *Chuzai*sho de Kasura, Nagano, Japão.



Fonte: JICA (2013a).

A identificação dos pressupostos caracterizadores do Sistema Koban demanda o estudo que é preconizado no Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária – Sistema Koban (BRANDÃO et al, 2004), adotado para a capacitação dos policiais militares empregados nas Bases Comunitárias de Segurança no Estado da Bahia, bem como, por formular as ações institucionais relativas à implantação e funcionamentos das respectivas estruturas de segurança pública inspiradas pela filosofia japonesa de polícia comunitária

Trata-se de uma adaptação dos princípios preconizados pelo Sistema Koban, cujas características primordiais são a integração do policial à comunidade na qual ele desenvolve suas atividades, associada a uma atuação de caráter preventivo, cuja identificação das variáveis que potencializam as situações de violência, são objeto da ação policial.

Segundo o programa Pacto pela Vida, que é uma política pública de segurança que foi construída em conjunto com a Sociedade, as Bases Comunitárias de Segurança são pontos de gerenciamento de operacionalidade policial com o objetivo de dar segurança às comunidades, focando na prevenção.

No seu entorno são realizadas diversas ações direcionadas à comunidade. A filosofia de atuação é o Policiamento Comunitário (de Proximidade), cujo objetivo é promover a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração das instituições de segurança pública com a comunidade local e reduzindo os índices de violência e criminalidade.

As Bases Comunitárias de Segurança (BCS) são células da polícia comunitária que tem o propósito de atender a comunidade local, buscando desenvolver atividades conjuntamente com essa comunidade e com os órgãos públicos procurando contribuir com a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos.

As Bases Comunitárias de Segurança (BCS) são definidas pela Secretaria de Segurança Pública como:

Uma ferramenta de policiamento comunitário com o objetivo de promover a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração das instituições de segurança pública com a comunidade local e reduzindo os índices de violência e criminalidade (BAHIA, 2013, p. 1).

A Base Comunitária de Segurança é composta de:

- Recepção
- Comando da Base/Sala de Reunião

- Central de Telecomunicações
- Centro de Cidadania

A escolha do local para a instalação das Bases Comunitárias de Segurança obedece a determinados critérios que visam identificar o melhor aproveitamento dos recursos públicos disponibilizados para a execução do policiamento.

Espera-se que, na delimitação geográfica da área de responsabilidade das BCS, sejam atendidos os seguintes requisitos: indicadores criminais; população fixa e flutuante; número de estabelecimentos de ensino; áreas comerciais, órgãos públicos e privados; e, obstáculos físicos e naturais.

Na cidade do Salvador foram inauguradas as seguintes BCS: Calabar (27/04/11); Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho (27/09/11) ; Fazenda Coutos (16/01/12); Bairro da Paz (13/09/12); Rio Sena (24/09/12); São Caetano (14/08/13); Uruguai (23/07/14); Águas Claras (11/09/14), e Narandiba (08/05/17) conforme Figura 4.

Figura 4 – Apresentação das Bases Comunitárias na Capital



Fonte: <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca>

Das Bases Comunitárias de Salvador acima referenciadas são comandadas por policiais femininas as seguintes:

Figura 5 - Base Comunitária de Segurança - CALABAR



Fonte: <https://www.google.com.br>

A Base Comunitária do Calabar fica localizada na Praça 11 de Maio, nº 67 E no bairro do Calabar e teve o comando na época de sua inauguração Cap. PM Maria Oliveira. Atualmente é comandada pela Cap. PM Aline Muniz Silva do Nascimento.

Com efetivo de 110 PMs, que se revezam em três turnos, promove o policiamento ostensivo na região. A base conta também com vídeo monitoramento feita por nove câmeras e três viaturas. Além de dar mais segurança aos moradores, a unidade oferece cursos de capacitação, pré-vestibular e alfabetização para jovens e adultos.

Também por meio da base, são realizadas ações de saúde e mutirões para serviços como emissão de documentos e cadastramento no programa Bolsa Família. No local ainda funciona o Centro Digital de Cidadania (CDC), que possui dez computadores conectados à internet banda larga, utilizados por qualquer morador do bairro.

Figura 6 – Base Comunitária de Salvador – SANTA CRUZ



Fonte: <https://www.google.com.br>

A Base Comunitária de Santa Cruz fica localizada na Rua do Futuro, nº 177, no Bairro Santa Cruz e faz parte do Complexo do Nordeste de Amaralina que é composto pelos bairros de Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho. Atualmente é comandada pela Cap. PM Sheila dos Santos Barbosa.

As bases comunitárias de segurança implantadas nos bairros do Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas contam com 360 policiais – 120 em cada uma delas –, 16 viaturas e 25 câmeras de monitoramento. Tudo isso possibilitou a redução de 50% no número de ocorrências no Complexo do Nordeste de Amaralina. Com as bases, os moradores também foram beneficiados com atividades de inclusão social, entre elas: na área de educação, o curso pré-vestibular do programa Universidade para Todos; para garantir segurança alimentar, o projeto Ajeum realiza ações para povos e comunidades tradicionais; o CSU Nordeste de Amaralina tem um Centro Digital de Cidadania (CDC) que promove cursos de iniciação à informática; já o projeto “Esporte e Lazer” dá acesso a escolinhas de futebol, futsal, vôlei, basquete, ginástica e natação.

Figura 7 – Base Comunitária de Segurança - CHAPADA DO RIO VERMELHO



Fonte: <https://www.google.com.br>

A Base Comunitária da Chapada do Rio Vermelho fica localizada na Rua Coréia do Sul, nº 480 no bairro do Rio Vermelho. Atualmente é comandada pela Cap. PM Eva Santiago Cachoeira dos Santos.

As bases comunitárias de segurança implantadas nos bairros do Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas contam com 360 policiais – 120 em cada uma delas –, 16 viaturas e 25 câmeras de monitoramento. Tudo isso possibilitou a redução de 50% no número de ocorrências no Complexo do Nordeste de Amaralina. Com as bases, os moradores também foram beneficiados com atividades de inclusão social, entre elas: na área de educação, o curso pré-vestibular do programa Universidade para Todos; para garantir segurança alimentar, o projeto Ajeum realiza ações para povos e comunidades tradicionais; o CSU Nordeste de Amaralina tem um Centro Digital de Cidadania (CDC) que promove cursos de iniciação à informática; já o projeto “Esporte e Lazer” dá acesso a escolinhas de futebol, futsal, vôlei, basquete, ginástica e natação.

Figura 8 – Base Comunitária de Segurança - FAZENDA COUTOS



Fonte: <https://www.google.com.br>

A Base Comunitária da Fazenda Coutos está localizada á Rua Almeida Júnior, s/nº, Bairro Fazenda Coutos III-C. Atualmente é comandada pela Cap. PM Carla Sousa de Oliveira.

A base instalada no bairro Fazenda Coutos, subúrbio ferroviário de Salvador, beneficia 32 mil moradores da região, dividida em três grandes áreas – Fazenda Coutos I, Fazenda Coutos II e Fazenda Coutos III. O trabalho dos 120 policiais militares resultou na diminuição de cerca de 70% das ocorrências, proporcionando tranquilidade à população. A base também possui um centro digital de cidadania e promove cursos profissionalizantes e preparatórios para o vestibular, além de atividades culturais e sociais.

Figura 9 – Base Comunitária de Segurança - RIO SENA



Fonte: <https://www.google.com.br>

A Base Comunitária do Rio Sena está localizada à Rua Maria Cecília, nº 4678, no Bairro Rio Sena. Atualmente é comandada pela Cap. PM Camila Luíza Santos Soledade Suarez Santana.

Mais 16 mil baianos vivem com maior segurança e contam com ações de inclusão socioeconômica, a partir da instalação da nona base comunitária de segurança do estado, a segunda do Subúrbio Ferroviário de Salvador, no bairro de Rio Sena. E para facilitar a integração entre população e poder público, a população tem um aliado – o comandante do equipamento, tenente Vicente Augusto, que durante 28 anos morou próximo ao local onde a unidade foi instalada. Até a construção da definitiva, a base de Rio Sena, totalmente equipada, tem estrutura provisória, instalada em módulos habitáveis. Está localizada na Rua Maria Cecília e conta com

120 policiais militares, operando com quatro automóveis, oito motocicletas e dez câmeras de vídeo monitoramento.

Figura 10 – Base Comunitária de Segurança - URUGUAI



Fonte: <https://www.google.com.br>

A Base Comunitária do Uruguaí está localizada á rua Luiz Regis Pacheco,s/n, bairro do Uruguaí. Atualmente é comandada pela Ten. PM Carla Elis Santos Mendes. Na base, 60 PMs vão atuar numa área de abrangência de 2 km², e foi feito um investimento inicial de R\$ 487 mil.

O policiamento comunitário tem como principal objetivo a erradicação da violência de forma organizada e planejada e não apenas um meio de melhorar a imagem da polícia. Dessa forma deve-se ter em mente a quantificação dessa melhora através de mapas claros da violência, clareza dos medos subjetivos da comunidade, abertura com a comunidade para avançar em soluções e contenções dos problemas levantados por cada comunidade utilizando como pré-requisitos a comunicação interna e externa, cooperação e colaboração interna e externa, coordenação e mudanças.

Para a continuidade do policiamento comunitário também é necessário abordar o que o mantém e o sustenta junto a sociedade. Faz-se necessário desenvolver a confiança entre o policial e a comunidade, atuação constante da polícia e da sociedade na remoção de elementos ou condições que possibilitem ou mesmo encorajem a ação criminal, obter resultados claros e inequívocos da atuação policial, práticas administrativas modernas e ágeis, mudança estrutural das condições de violência na cidade como um todo.

As BCS dão grande contribuição através dos diversos projetos são atividades desenvolvidas nas comunidades pelas BCS como forma de cooperar para a melhoria de qualidade dos cidadãos. São realizadas para os jovens atividades/aula que ajudem em sua autoestima, palestras diversas sobre seus direitos e responsabilidades legais, atividades esportivas com voluntários que se desenvolvem geralmente em escolas que permanecem abertas no período da noite, criando assim um espaço diferente para eles e ao mesmo tempo tirando-os da rua.

Em relação às mulheres, geralmente são promovidas palestras informativas sobre assuntos diversos, inclusive prevenção ao estupro, realização de cursos profissionalizantes, organização de eventos culturais e sociais e onde todas elas são convidadas a participar voluntariamente.

Quanto às pessoas idosas, devem ser criados projetos onde eles possam contribuir com as suas experiências, no entanto deve ser observado que essa parcela da população, em sua grande maioria, fica em casa por problemas físicos ou medo do crime, mas quando são solicitados a colaborar dar enorme contribuição para a comunidade

5. ANÁLISE DE DADOS/ RESULTADOS

Buscando conhecer e ampliar a forma que seus atores vêm o desenvolvimento do seu trabalho, foi aplicado dois questionários semi-estruturados para as comandantes (Apêndice A) e para as policiais femininas que exercem outros cargos (Apêndice B).

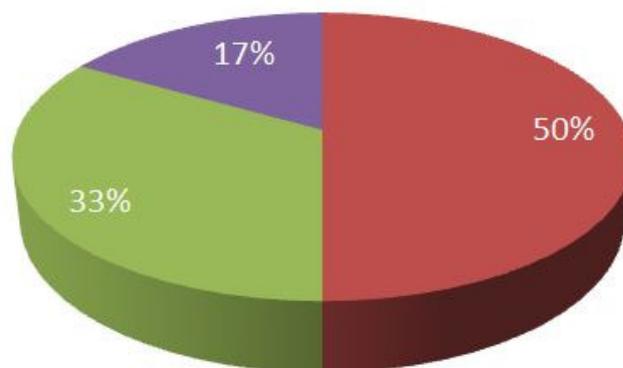
Esses questionários, que podem ser definidos como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas à pessoa com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado (Antonio Carlos Gil,2008), é um instrumento de coleta de informação utilizado numa sondagem ou inquérito.

Em um universo composto por 14 (quatorze) policiais femininas, foram obtidos dados desses questionários que foram tabulados originando gráficos conforme abaixo:

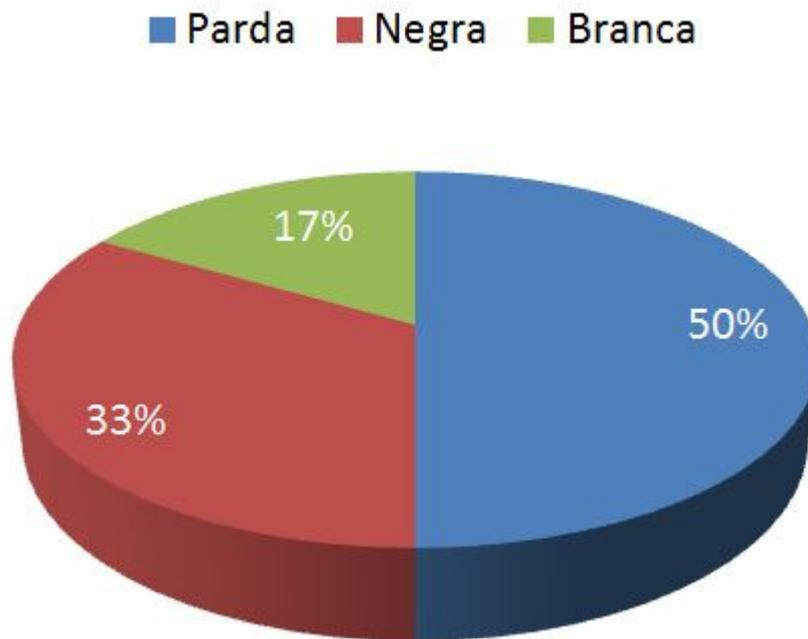
- a) No perfil das comandantes policiais militares, 83,3% estão no serviço militar há 15 anos e 16,7% há 10 anos.

Gráfico 1 – Idade

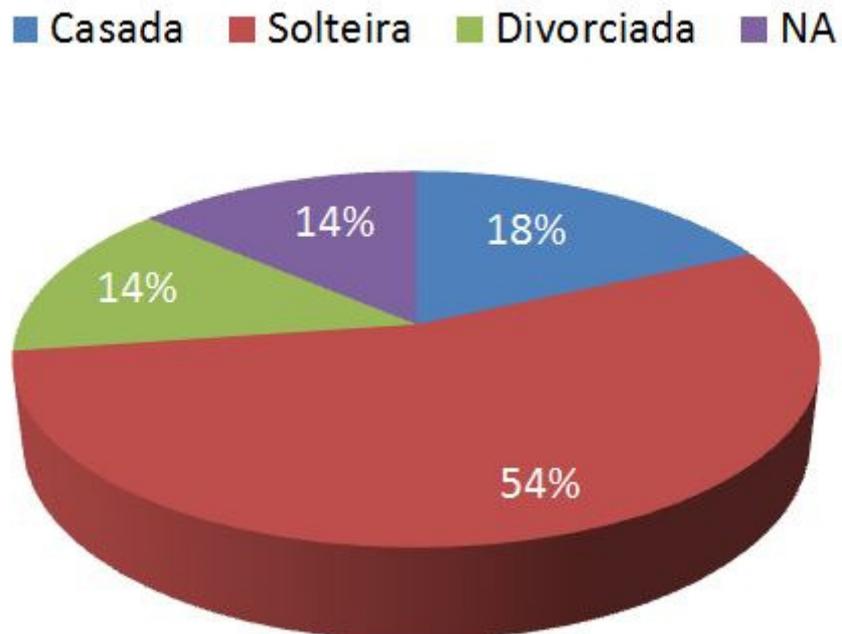
■ de 31 a 35 anos ■ de 36 a 40 anos ■ mais de 40 anos



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Gráfico 2 – Cor

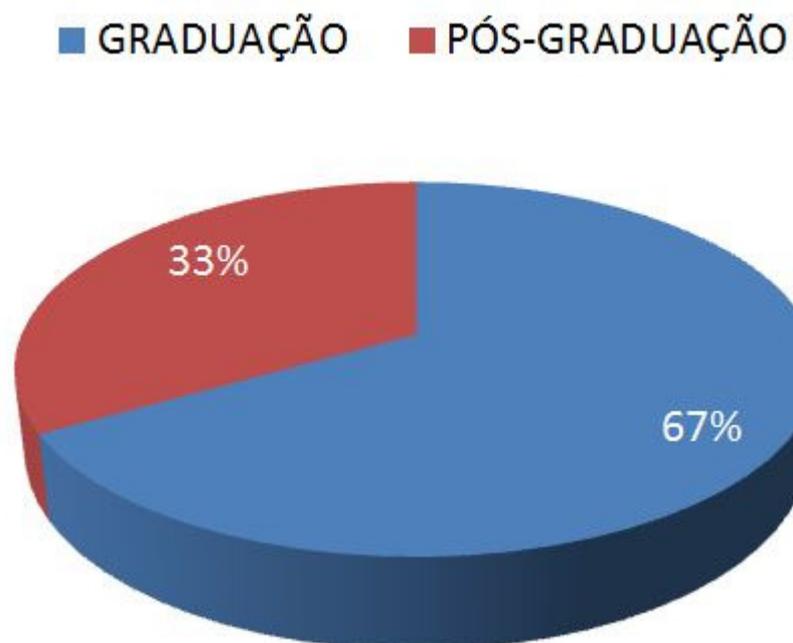
Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Gráfico 3 – Estado Civil

Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

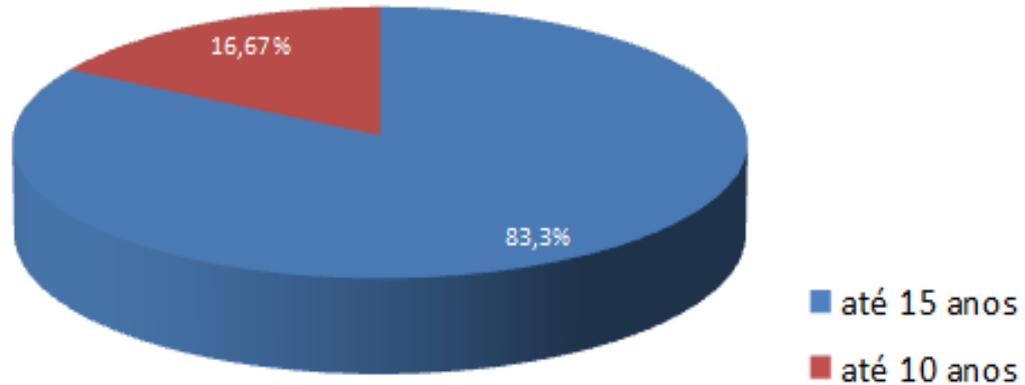
Gráfico 4 – Você tem filhos?

Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Gráfico 5 – Nível de Escolaridade

Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

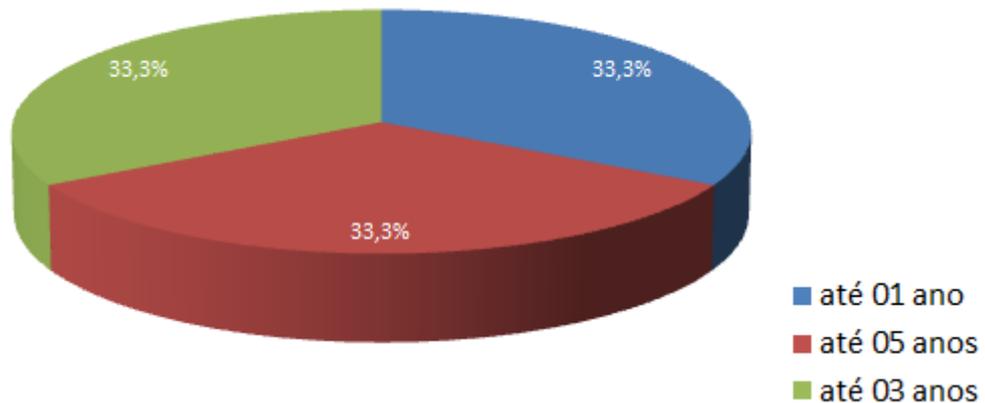
Gráfico 6 – Quanto tempo de serviço militar?



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Em relação ao tempo de trabalho nas Bases Comunitárias temos comandantes que desenvolvem o trabalho no período de 05 anos, 03 anos e 01 ano respectivamente que corresponde a 33,3% do total.

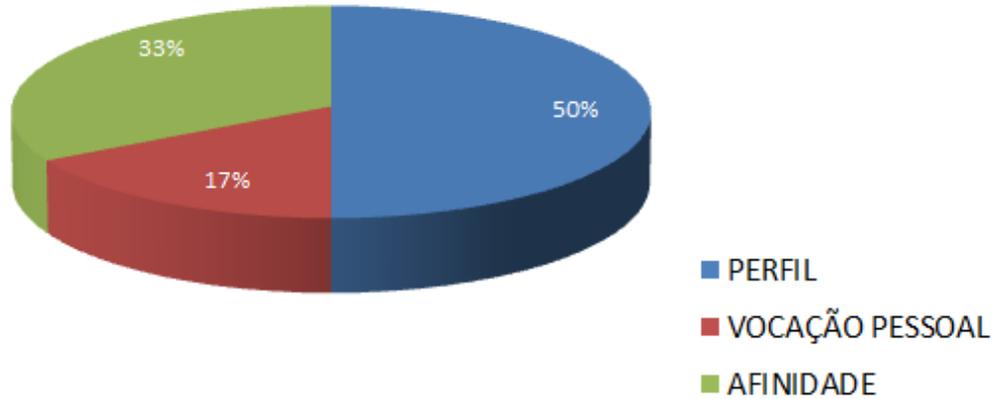
Gráfico 7 – Tempo de Trabalho na BCS



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

A pesquisa apontou que as 50% das comandantes foram indicadas devido ao seu perfil, 33% devido a sua afinidade com o trabalho e 17% por vocação pessoal.

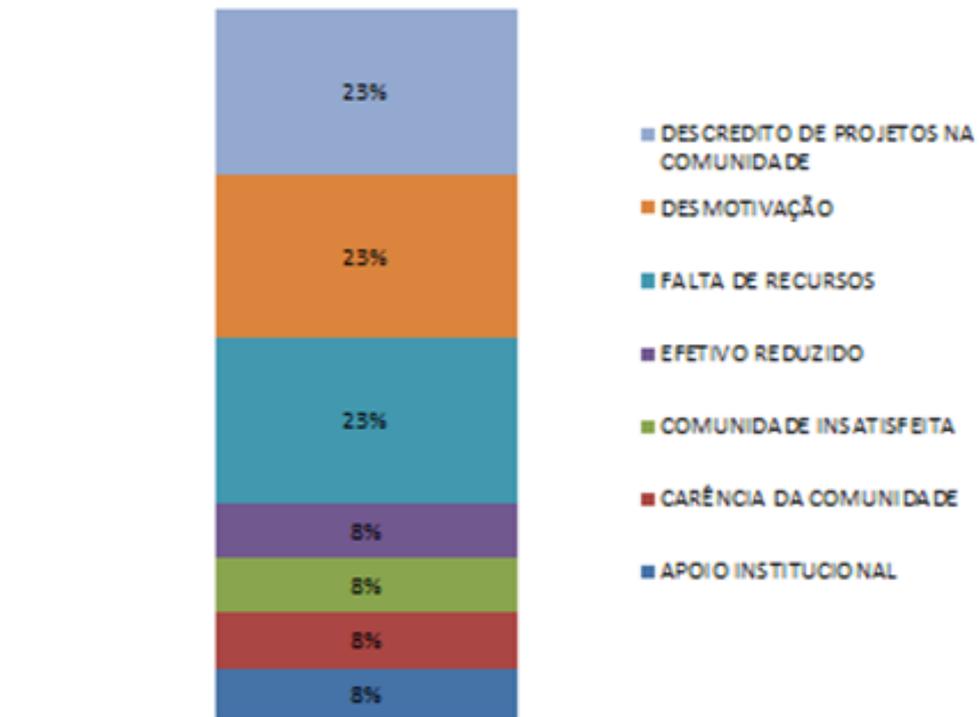
Gráfico 8 – Como Obteve Indicação para BCS



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Ao assumirem o comando das Bases Comunitárias, as Comandantes enfrentaram como desafios o descrédito nos projetos na comunidade, a desmotivação, falta de recursos seguidos por efetivo reduzido, comunidade insatisfeita, carência da comunidade e apoio institucional.

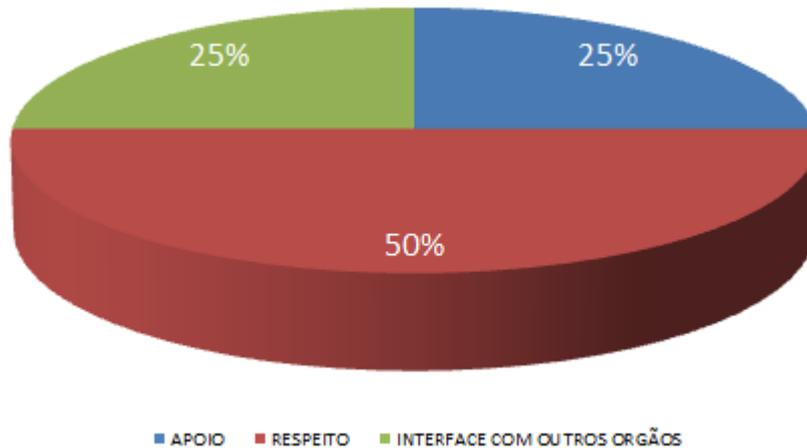
Gráfico 9 – Problemas iniciais enfrentados



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

As comandantes entendem que a comunidade as enxergam com respeito (50%), que servem como interface com outros órgãos (25%) e como apoio em suas vidas (25%).

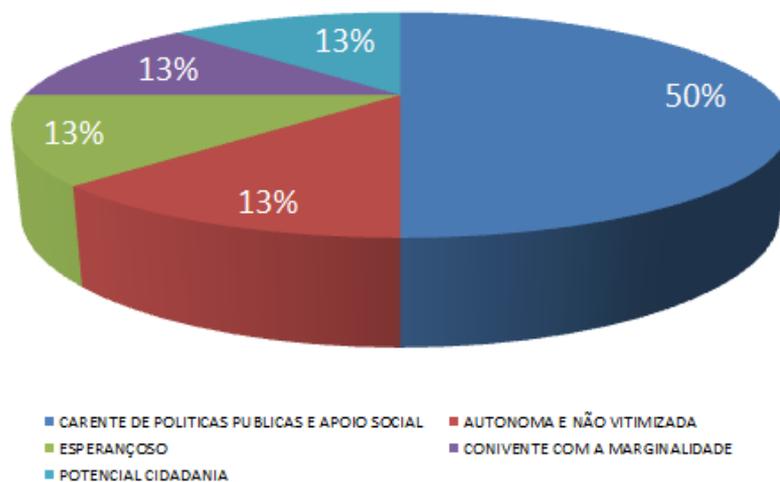
Gráfico 10 – Como a Comunidade lhe enxerga



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Foi constatada na pesquisa que as Comandantes enxergam existir uma grande carência de políticas públicas e apoio da sociedade (50%), uma comunidade mais autônoma e não vitimada (13%), esperançosa (13%), é conivente com a marginalidade (12%) e possui um potencial de cidadania (12%).

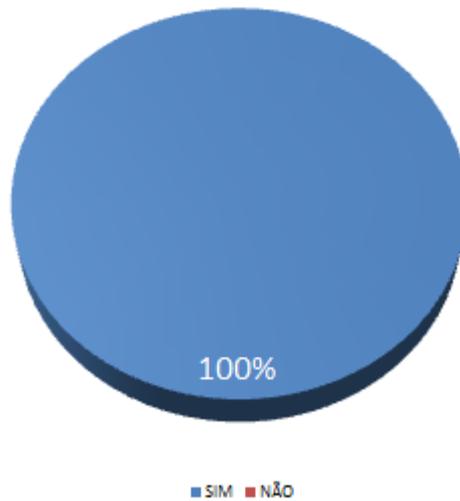
Gráfico 11 – Como você enxerga a Comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Foi contatado na pesquisa que 100% das Comandantes entendem que a Base Comunitária de Salvador faz diferença no cotidiano do cidadão.

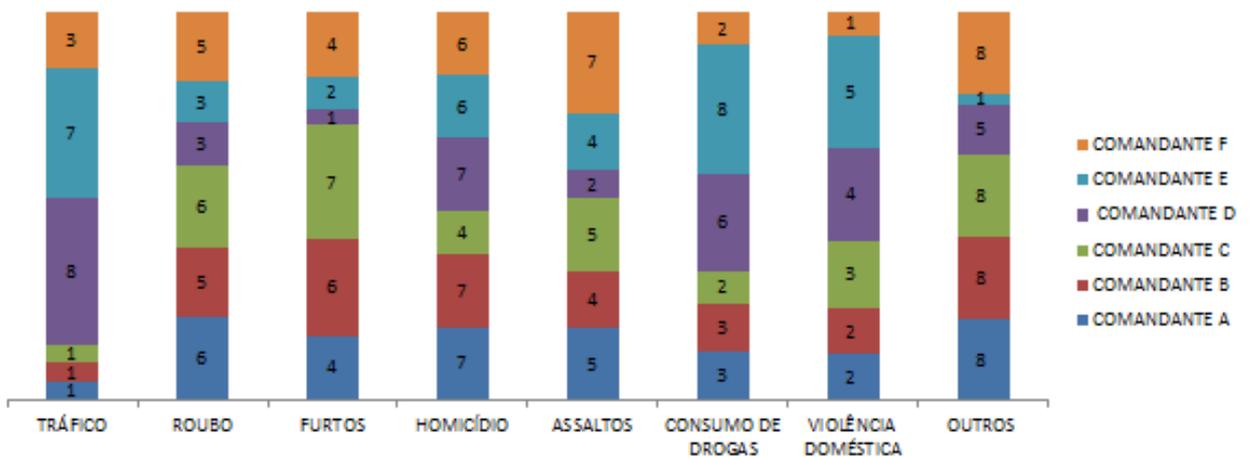
Gráfico 12 – As BCS fazem diferença no cotidiano do cidadão?



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Analisando o gráfico abaixo é possível constatar que os pontos considerados mais críticos pelas comandantes das BCS são: o tráfico, o consumo de drogas seguido por violência doméstica, embora outros aspectos entre o roubo e furtos também tenham tido destaque.

Gráfico 13 – Problemas mais críticos



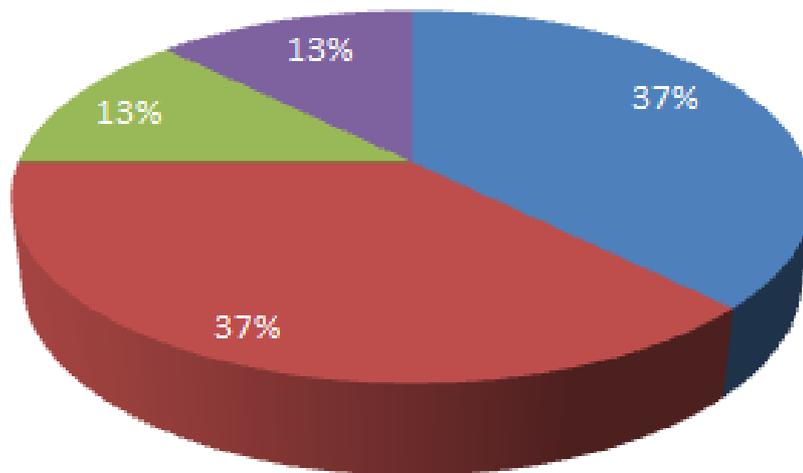
Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Policiais Femininas em funções diversas, exceto Comandantes

É possível verificar que 37% das Pfens possuem a idade de 26 a 30 anos, 37% de 31 a 35, 13% de 36 a 40 e 13% acima de 40 anos.

Gráfico 14 – Idade

■ de 26 a 30 anos ■ de 31 a 35 anos ■ de 36 a 40 anos ■ mais de 40 anos

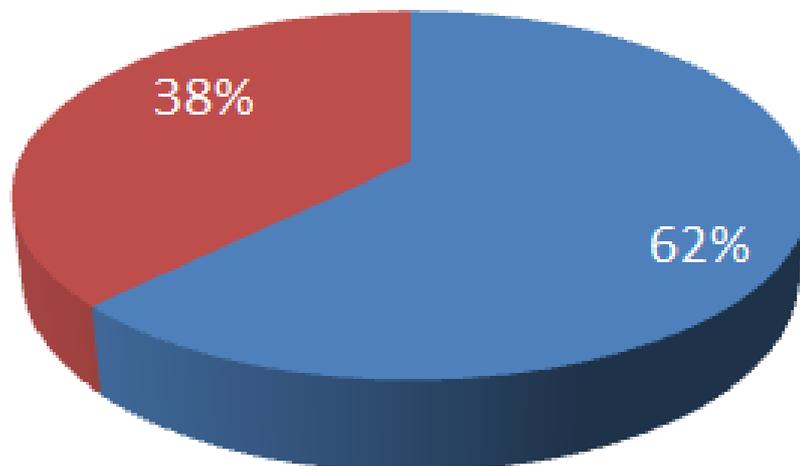


Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

O gráfico nos diz que 100% são afros descendentes, sendo 62% PARDAS e 38% NEGRAS

Gráfico 15 – Cor da Pele

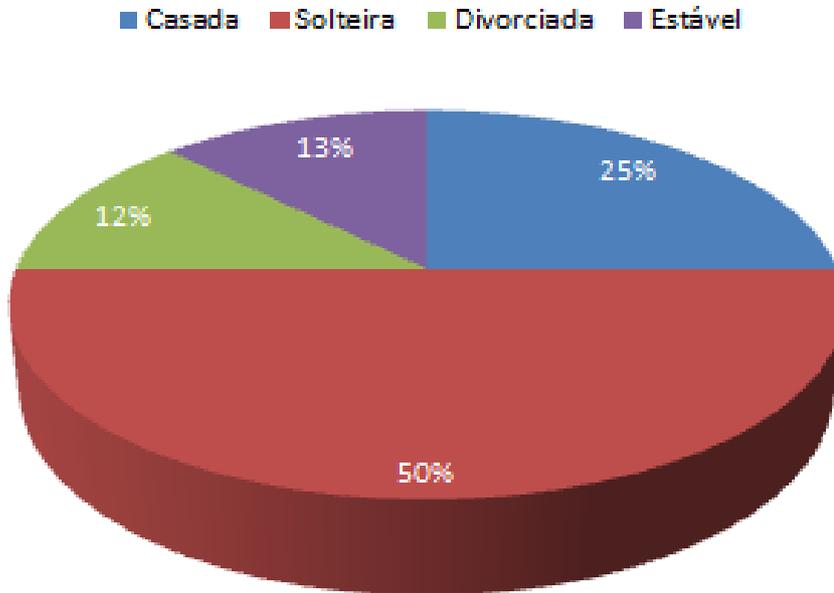
■ Parda ■ Negra



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Neste gráfico, 50% das Pfens são solteiras, 25% casadas, 13% possuem união estável e 12% são divorciadas.

Gráfico 16 – Estado Civil



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

No gráfico abaixo 75% das Pfens não possuem filhos e apenas 25% têm filhos.

Gráfico 17 – Filhos



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Para a entrada na Polícia Militar, 87% das Pfens realizou o curso preparatório e 13% não o fizeram.

Gráfico 18 – Realizou Curso Preparatório



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

62% das Pfens informam que são avaliadas e acompanhadas pelos serviços que realizam e 38% afirmaram que não.

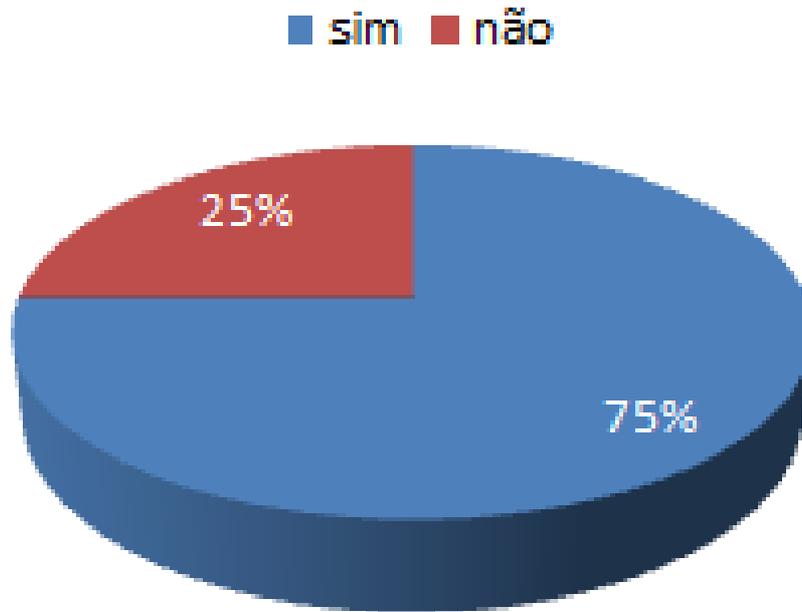
Gráfico 19 – Avaliada/acompanhada pelo serviço que realiza



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

No gráfico abaixo, 75% informaram que possuem tempo para desenvolver um relacionamento de confiança mútua com as pessoas da comunidade e para gerar esforços e 25% disseram que não.

Gráfico 20 – Tempo suficiente para desenvolver um relacionamento de confiança mútua com as pessoas da comunidade e para gerar esforços preventivos



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

75% das Pfens disseram que a segurança da comunidade melhorou após implantação da BCS

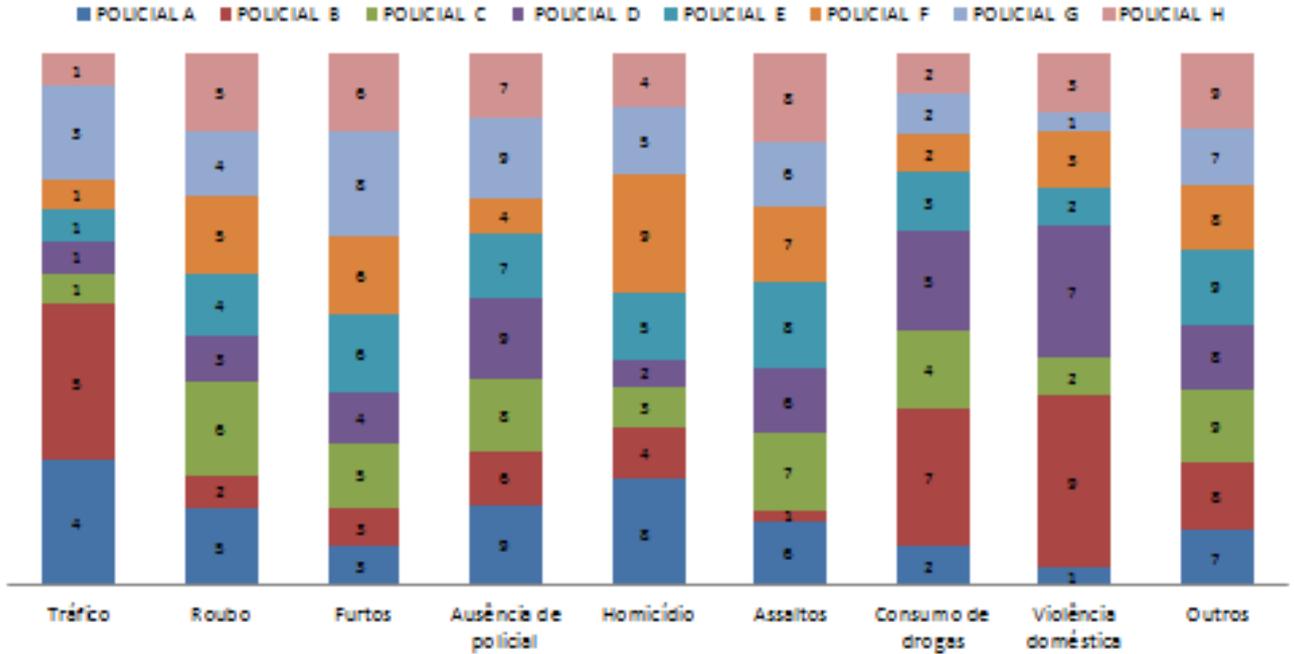
Gráfico 21 – Observou melhora na Segurança da comunidade após a implantação da BCS



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017

Foi constatado na pesquisa que o tráfico, (66%) seguido por consumo de drogas (36,15%) são os problemas mais críticos apontados pelas Pfen.

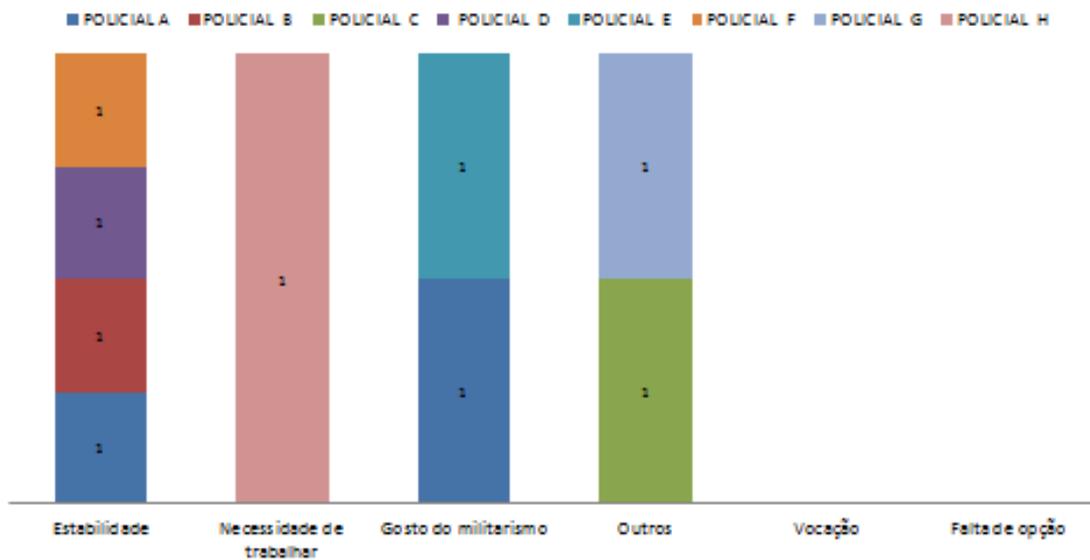
Gráfico 22 – Problemas mais críticos



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

. Em relação a escolha da profissão, (50%) disseram que buscou a estabilidade, (25%) têm gosto pelo militarismo e (25%) outros motivos.

Gráfico 23 – Escolha da Profissão



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

. Em relação a exercer outra atividade, (75%) nunca exerceu e (25%) já exerceu.

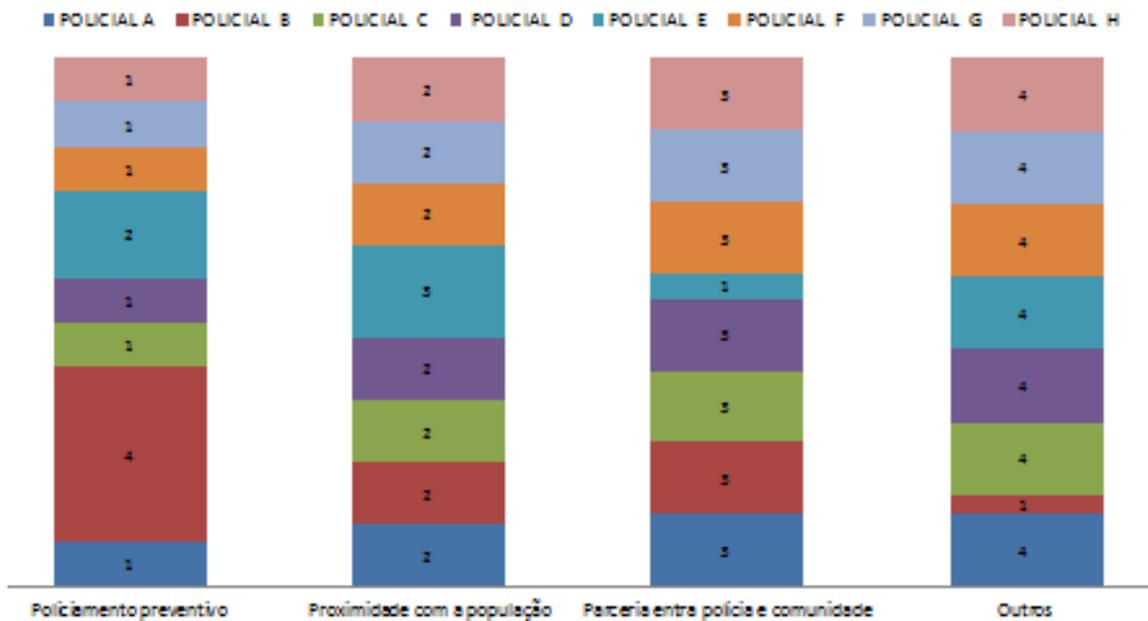
Gráfico 24 – Exerceu outras atividades



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Sobre a importância do trabalho desenvolvido nas BCS, o policiamento preventivo foi o primeiro a ser destacado, seguido respectivamente pela proximidade com a comunidade, pela parceria entre a polícia e a comunidade e outros não definidos.

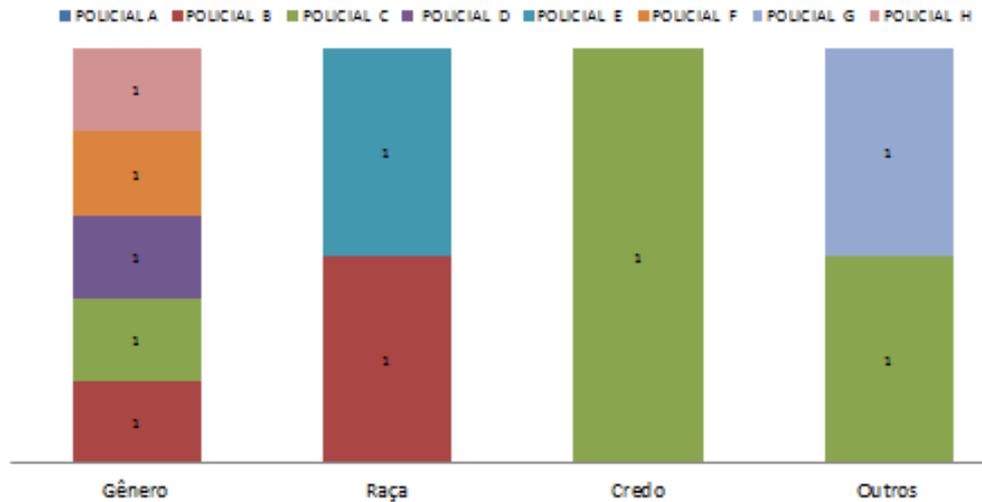
Gráfico 25 – Percepção do trabalho nas BCS



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017.

Foi perguntado também as Pfens sobre tipos de preconceitos já sofridos e em primeiro lugar foi citado o gênero, depois a raça, em terceiro outros tipos de preconceitos e por último o credo.

Gráfico 26 – Sofreu Preconceito



Fonte: Pesquisa de campo, agosto. 2017

5.1. Considerações Finais

Este trabalho foi iniciado com a finalidade de verificar qual é o olhar que as policiais militares que atuam nas Bases Comunitárias de Segurança de Salvador possuem sobre elas, quais as suas contribuições para a comunidade, além de apresentar os conceitos e experiências do policiamento comunitário nas Bases Comunitárias de Segurança em Salvador. Foi proposto traçar o perfil dessas mulheres, como também, perceber de que forma as relações de poder se manifestam no cotidiano de trabalho das atividades do policiamento de rua e na instituição.

É necessário reconhecer que a segurança pública vem buscando novas estratégias como forma de atender os anseios da sociedade, sendo o Policiamento Comunitário adotado na Bahia através da implementação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança como seu instrumento de inserção nas localidades afetadas por índices de violência consideráveis.

A escolha do funcionamento das Bases Comunitárias utilizando o sistema Koban, já descrita anteriormente neste trabalho, com as devidas adaptações, por necessidade de aproximação da Polícia Militar com a Comunidade, evidenciou esforços em compartilhar a responsabilidade das discussões e das soluções dos problemas, cuja meta é a redução da violência nesses locais, esperando como resultado a melhoria na qualidade de vida da comunidade.

A pesquisa permitiu concluir que:

- a) as BCS são comandadas por policiais militares que possuem em sua maioria a idade entre 31 a 35 anos, a maioria são afro-descendentes, negras e pardas (83,34%) e brancas (16,66%) , solteiras (50%), sem filhos (75%), (66,66%) são graduadas e (33,34%) pós graduadas, (83,34%) possuem até 15 anos de serviços, (33,33%) possuem entre 05, 03 e 01 ano respectivamente trabalhando nas BCS, (50%) disseram que tinham o perfil para trabalhar nas BCS,(33%) tinham afinidade com o serviço e (17%) possuem vocação. Os maiores problemas enfrentados foi a falta de apoio institucional, a carência dos serviços públicos nas comunidades, a falta de recursos, a desmotivação da tropa, as resistências internas e externas e efetivo reduzido.

No que diz respeito às mulheres policiais que comandam as BCS, pode-se afirmar que enxergam a falta de políticas públicas onde os direitos constitucionais dos cidadãos não são respeitados, conforme o Artigo 5º, onde garante a todos a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à prosperidade.

Foi constatado também na pesquisa de campo que em primeiro lugar, o tráfico é o maior desafio enfrentado na maioria dos bairros onde ocorreu a implementação das BCS em Salvador, seguido por drogas e em terceiro a violência doméstica. Também foi observado que a comunidade tem demonstrado ter mais autonomia e com isso vem realizando diariamente sua própria história, apesar de sofrerem com a falta de cidadania.

Em relação a esta demonstração de autonomia, no contexto científico social da modernidade periférica como ponto teórico de partida define as condições da sociedade para a auto-organização no Brasil. Levando em consideração as relações de poder assimétricas, a conscientização no sentido de Freire (1987) é central no processo de auto-organização.

Freire (1987) revela já no primeiro capítulo da sua obra *Pedagogia dos Oprimidos* que “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p.52), mostrando a educação como “prática libertadora” e apresenta a contradição dialética que existe entre opressores (burguesia) e oprimida (classe trabalhadora).

Ela transcende o processo inteiro, por que:

somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 1987, p. 52).

- b) em relação as Pfens, (38%) possuem entre 26 e 30 anos, (38%) entre 31 e 35 anos, (13%) entre 36 e 40 e (13%) com mais de 40 anos de idade. São (100%) afro-descendentes sendo (62%) negras e (38%) pardas, solteiras (50%), casadas (25%), divorciadas (13%) e estáveis (12%). Não possuem filhos (75%) e com filhos (25%). O total de (87%) fizeram curso preparatório para ingressar nas BCS e (13%) não fizeram, (62%) são avaliadas e possuem acompanhamento na prestação de serviços e (38%) disseram não ter acompanhamento e nem ter sido avaliadas. (75%) dizem ter tempo para relacionar-se com a comunidade estabelecendo confiança mútua e gerar esforços preventivos, tendo (25%) respondido negativamente, (75%) acreditam que houve uma melhora significativa na segurança da comunidade após a implementação das BCS e (25%) responderam que não enxergam essa melhora.

Foi apontado como problemas mais críticos pelas Pfens, o tráfico, (66%) seguido por consumo de drogas (36,15%). Em relação a escolha da profissão, (50%) disseram que buscou a estabilidade, (25%) têm gosto pelo militarismo e (25%) outros motivos. Em relação a exercer outra atividade, (75%) nunca exerceu e (25%) já exerceu. Sobre a importância do trabalho desenvolvido nas BCS, o policiamento preventivo foi o primeiro a ser destacado, seguido respectivamente pela proximidade com a comunidade, pela parceria entre a polícia e a comunidade e outros não definidos. Foi perguntado também as Pfens sobre tipos de preconceitos já sofridos e em primeiro lugar foi citado o gênero, depois a raça, em terceiro outros tipos de preconceitos e por último o credo.

Como ponto positivo, a Comunidade consegue enxergar as BCS como um apoio na maioria dos seus problemas, com respeito e flexibilidade e até com amizade, vêem nelas uma facilitadora e um elo entre as secretarias públicas e intermediárias do sistema de defesa social.

Após a realização da pesquisa de campo e reconhecendo que através do sistema Koban o campo da segurança pública evoluiu, foram necessário fazer adaptações regionais para aproximar à cultura local da filosofia implantada. As BCS implementadas são parceiras importantes para as comunidades locais, mesmo ocorrendo desvio da função da força de trabalho policial instalada, pois hoje além da segurança, as BCS operam desenvolvendo diversos projetos sociais, mesmo sem a devida atenção do poderes públicos. É evidente a percepção de todos os envolvidos na pesquisa, que se houvessem mais ações públicas em todas as esferas do poder, a sensação de pertencimento e cidadania seriam fatores fundamentais para diminuição dos indicadores de violência nas comunidades.

A pesquisa permitiu concluir que a sociedade quer e deve participar ativamente das resoluções dos problemas da comunidade, no entanto também ficou evidente a percepção de todos os envolvidos que é imprescindível que os poderes públicos, em todas as suas esferas, juntos, se engajem mais para realizarem e desenvolverem políticas públicas, hoje tão ausentes nas grandes periferias das grandes cidades. A participação das mulheres policiais nas Bases Comunitárias de Segurança é muito

importante porque elas conquistaram junto à comunidade seus espaços com respeito, flexibilidade e até com amizade, vêm nelas uma facilitadora e um elo entre as secretarias públicas e intermediárias do sistema de defesa social. A comunidade hoje possui mais autonomia e o cidadão na busca constante por seus direitos, esperando assim sentir a sensação de pertencimento e cidadania, fatores que são fundamentais para diminuição dos indicadores de violência nas comunidades.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, M.R.D. **Contexto político-institucional do processo decisório sobre a admissão da mulher militar.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 2., Niterói, 2008.
- BEATO, Cláudio C. **Reinventado a Polícia: A Implementação de um Programa de Policiamento Comunitário. Policiamento Comunitário: Experiências no Brasil 2000 – 2002,** São Paulo, Editora Página Viva, 2002.
- BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária – POLÍCIA CIDADÃ PARA UM POVO CIDADÃO.** Curitiba: Associação da Vila Militar – Publicações Técnicas – 1. Ed., 2003
- BORDIM, Marcelo. **Polícia Comunitária: entre a retórica do estado e a prática cotidiana. Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina (Surveillance in Latin América),** Curitiba, 2009, p.349-368. ISSN 2175959
- BORGES, N. E. **A Consolidação da Segurança Comunitária no Estado do Amapá: limites e potencialidades (dissertação) Mestrado,** na área de Planejamento e Políticas Públicas, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Amapá-Ap, 2010, 118f. Acesso em 14.10.15.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária.** Brasília, 2006.
- COSTA, Ivone Freire. **Polícia e Sociedade: gestão de segurança pública, violência e controle Social.** Edufba, Salvador 2015, p.113-119.
- _____. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho,** Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, 384 p.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Mulheres e questão de gênero nas Forças Armadas brasileiras.** In: SEMINÁRIO SOBRE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN EM ESTUDIOS DE SEGURIDAD E DEFESA.6., 2003, Santiago de Chile. Anais. Santiago de Chile.CHDS,2003.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** Ed. Martins Fontes, 1999. São Paulo.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Oprimidos.** Ed. Paz e Terra, 1987. Rio de Janeiro
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública. Edição VIII.** São Paulo, 2014

GANEM MISSE, Daniel. **Políticas Sociais em Territórios Pacificados**. Tese de Doutorado defendida junto ao PPGSD/UFF em 2013.

HEILBORN, Maria Luiza. **“De que gênero estamos falando?”** In: Sexualidade, Gênero e Sociedade ano 1, n° 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, K. R. L. **Mudanças Organizacionais na Implementação do Policiamento Comunitário**. Dissertação de Mestrado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Digitado, 2002. Acesso em 15.09.15

MATIAS DOS SANTOS, Vívian. **Divisão Sexual do Trabalho: complementaridade ou conflito?** In: Revista Urutágua. Nº13. ago/ set.out/nov.2007. Paraná. <<http://www.urutagua.uem.br/013/13albuquerque.htm>. Acesso em 05.10.15

MONTEIRO, M. F. **Policiamento Comunitário com Alternativa à Democratização da Polícia**. (Dissertação) Mestrado em Direito – Universidade Candido Mendes: Rio de Janeiro, 2005.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Revista de Sociologia Política. V. 18. N. 36. Curitiba, 2010. p. 15 – 33.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2007.

_____. **Mulher e Política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa**. Revista Estudos Feministas.

SANTANA, Ed no Alves. CAP PM. **A efetividade do policiamento comunitário na área de atuação da Base Comunitária de Segurança Fazenda Coutos**. Salvador: APM/UNEB, 2013

SILVA, Salete Maria da. **A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988** / Salete Maria da Silva. – Salvador, 2011. 322 f.: il.

SOARES, Barbara Musumeci e MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.(Segurança e cidadania;1).

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**; Peter N. Stearns: [tradução Mirna Pinsky]. - São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, L.R. **A Participação das Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: um debate contemporâneo**. In: III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), 2009, Londrina. Anais Online, 2009.

SKOLNICK, Jerome H.;BAYLEY, David H. **Policciamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. 1 ed., 1 reimp., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Série Polícia e Sociedade; nº 6. Organização: Nancy Cardia.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e realidade. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez, 1990.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policciamento Comunitário: como começar**. RJ:POLICIALRJ, 1994, p.04.

WILSON Q., KELLING G.L., **"The Police and Neighborhood Safety: Broken Windows"**, Tíie Atlantic MonMy, March (1982): 29-38.

Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>> Acesso em 17.10.15.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf> Acesso em 17.10.15.

<<http://www2.uel.br/cch/his/mesthis/abed/anais/LaucianaRodriguesdosSantos.pdf>> Acesso em 18.09.15.

<<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>> Acesso em 17.10.15.

<<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>>Acesso em 19.10.15

<<http://segurancaemfocoba.blogspot.com.br/2011/05/policia-comunitaria-na-bahia.html>> Acesso em 19.10.15.

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf. pag.103-107> Acesso em 02.07.17.

<<https://www.normaseregras.com/normas-abnt/>> Acesso em 03.10.2017.

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_ba.pdf> Acesso em 04.10.2017.

<http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_2/205631conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf > Acesso em 04.10.2017.

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/8350/5967>> Acesso em 04.10.2017.

<http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_5_.asp>. Acesso em 05.11.2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO PARA O COMANDO DA BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA
“OLHAR FEMININO SOBRE O TRABALHO NAS BCS”****1.Idade:**

- de 21 a 25 anos
- de 26 a 30 anos
- de 31 a 35 anos
- de 36 a 40 anos
- mais de 40 anos

2.Cor:

- Branca
- Negra
- Parda

3.Estado Civil:

- Solteira
- Casada
- Divorciada
- Viúva
- Estável
- Homoafetiva

4.Você tem filhos?

- SIM NÃO

Quantos? _____

5. Nível de Escolaridade

- Graduação Pós-graduação

6. Quanto tempo de serviço militar? _____

7.Quanto tempo trabalha na Base Comunitária? _____

8. O que você atribui a sua indicação para comandar essa Base Comunitária?

9.Quais os problemas iniciais enfrentados?

10.Como a Comunidade lhe enxerga?

11. Como você enxerga a Comunidade?

12.Você acha que a atuação das Bases Comunitárias fazem diferença no cotidiano do cidadão?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO PARA A **POLICIAL FEMININA** QUE ATUA NA BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA: “OLHAR FEMININO SOBRE O TRABALHO NAS BCS”

1.Idade:

- de 21 a 25 anos
- de 26 a 30 anos
- de 31 a 35 anos
- de 36 a 40 anos
- mais de 40 anos

2.Cor:

- Branca
- Negra
- Parda

3.Estado Civil:

- Solteira
- Casada
- Divorciada
- Viúva
- Estável
- Homoafetiva

4.Você tem filhos?

- SIM NÃO

Quantos?_____

5.Você participou de algum curso preparatório para ser uma policial que trabalhe em uma base comunitária?

- SIM NÃO

6.Você é avaliada/acompanhada pelo serviço que realiza?

SIM NÃO

7.Você tem tempo suficiente para desenvolver um relacionamento de confiança mútua com as pessoas da comunidade e para gerar esforços preventivos?

SIM NÃO

8.Você observou melhora na Segurança da comunidade após a implantação da BCS? SIM NÃO

9.Qual dos problemas abaixo referentes à segurança pública na comunidade que você atua considera mais crítico? Numere pelo nível de importância.

Tráfico

Roubo

Furtos

Ausência de policial

Homicídio

Assaltos

Consumo de drogas

Violência doméstica

Outros _____

10.Por que você escolheu essa profissão?

Estabilidade

Necessidade de trabalhar

Falta de opção

Gosto do militarismo

Vocação

Outros _____

11.Você já exerceu outras atividades antes de entrar na polícia?

SIM NÃO

12. Como você percebe seu trabalho nas bases comunitárias? Numere pelo nível de importância.

- Policiamento preventivo
- Proximidade com a população
- Parceria entre polícia e comunidade
- Outros _____

13. Você já sofreu preconceitos? Quais?

- Gênero
- Raça
- Credo
- Outros _____